

Diário do Legislativo de 11/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 6ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Dia da Independência do Estado de Israel

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2010

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução dos Hinos de Israel e Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Silvío Musman - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - João Leite - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Walter Tosta, 2º-Secretário "ad hoc, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o Dia da Independência do Estado de Israel.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Silvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais - Fisemg -; Jaime Aronis, Diretor Executivo da Fisemg; e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Jacques Ernest Levy, Vice-Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro; Marx Golgher, Diretor da Fisemg; Marcos Brafman, Diretor de Relações Públicas da Fisemg; Isaac Zagoury, Presidente da Associação Israelita do Brasil; Márcio Kac, Vice-Presidente da Fisemg; Rafael Ohana, Presidente da Habonim Dror; André de Melo Bandeira, Cônsul de Portugal; e das Exmas. Sras. Ana Zarnowski, Presidente da Na'amat Pioneiras Belo Horizonte; e Nícia Back Stternick, Diretora da Wizo.

Execução dos Hinos de Israel e Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino de Israel e, a seguir, o Hino Nacional, que serão interpretados pela cantora Paola Giannini.

- Procede-se à execução dos hinos.

Palavras do Deputado João Leite

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente Alberto Pinto Coelho; Silvio Musman, Presidente da Fisemg; Jaime Aronis, Diretor Executivo da Fisemg; saúdo a todos nesta noite em que nos reunimos novamente para comemorar os 62 anos da independência de Israel. Saúdo meu amigo Osvaldo, Presidente do Clube da Maturidade, que veio com vários integrantes do Clube acompanhar esta solenidade; amigo, sempre Presidente, José Vaintraub; minha esposa, Eliana; senhoras e senhores: "*Não estamos aqui por acaso; estamos aqui porque esta é a nossa terra*" - com estas palavras do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, desejo cumprimentar a todos que amam o Estado de Israel. Quando, em 1948, David ben-Gurion declarou a independência, Tel Aviv era a única cidade de Israel com mais de 100 mil habitantes. Hoje são 14 cidades. A população do país é de 7.587.000 habitantes, dos quais 1.500.000 são árabes, 70% nascidos em Israel, contra 35% em 1948. Ainda que haja líderes mundiais recalcitrantes, a realidade do Estado de Israel é irreversível. As contribuições de Israel para a humanidade são incalculáveis. Em todas as áreas do conhecimento, ela é expressiva. Por isso tenho a enorme satisfação de, pelo sexto ano consecutivo, ser o autor ou o primeiro signatário do requerimento para que esta Casa homenageie essa pátria tão querida. É importante explicar que, para haver uma reunião como esta, são necessárias mais de 26 assinaturas. O Deputado José Henrique também é um dos signatários para que, durante esses seis anos, acontecesse essa reunião homenageando o Estado de Israel.

Na rica história do povo de Israel, o momento mais dramático foi a perseguição nazista, que culminou no Holocausto, experiência única na história da humanidade e que não podemos, de forma alguma, esquecer ou aceitar que neguem sua existência.

Mas daquela abominação nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diante da morte de tantas crianças judias, de tantos judeus, o mundo, envergonhado, reúne-se para escrever uma carta para não repetir nunca mais, na história mundial, o que vimos acontecer com os judeus. Essa Declaração foi o primeiro documento global sobre a igualdade e a dignidade de todos, reconhecido e adotado como carta de princípios por 160 países, signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa conquista forjada com o sangue de 6 milhões de judeus nos campos de concentração, no Brasil, está ameaçada pelo Plano Nacional de Direitos Humanos. É interessante como um plano de direitos humanos pode negar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas é isso que estamos acompanhando. Esse plano prevê a criação de 27 leis e toca em diversas questões muito importantes para todos nós. Gostaria de destacar as que considero serem as mais graves, pois violam frontalmente a Declaração Universal de Direitos Humanos. A Declaração Universal, em seu art. 2º, prevê que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades, sem qualquer distinção de religião. Os países se uniram e perceberam justamente isso. Os judeus foram perseguidos também pela sua crença. Então os países se reuniram e disseram que o homem e a mulher são livres para crer, para ter a sua religião, para a humanidade não ter de passar outra situação como a que vimos no Holocausto. O plano nacional discutido neste momento prevê a proibição da ostentação de símbolos religiosos em locais públicos. Então imagino que os funcionários de plantão do governo federal devem constituir uma comissão para retirar as Bíblias que existem nas repartições públicas. Imagino também que devem ir às cidades históricas, como Paraty, Tiradentes e Ouro Preto, e devem destruir as igrejas, porque elas são também símbolos históricos. Deverão ir a Recife, onde está a primeira sinagoga da América latina. É algo impensável o que estão produzindo no Brasil neste momento. O Reinaldo Azevedo, articulista da revista "Veja" e do "Blog", escreveu recentemente que eles pretendem, quem sabe, destruir o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, derrubá-lo. É isso o que esse pessoal pode estar pensando.

O art. 3º da Declaração prevê a garantia de que toda pessoa tem direito à vida. O plano nacional quer a descriminalização do aborto. Já vimos isso na história do próprio povo judeu, quando o faraó mandou matar toda criança nascida dos judeus. Eles dizem que isso é progressista: não ter símbolo religioso e o aborto. Para mim, isso é ser atrasado, porque matar crianças é algo que já aconteceu no mundo. Lembro-me de que, numa conferência de direitos humanos na Assembleia Legislativa há alguns anos, havia um rapaz negro sentado perto de onde Adriana e Eliana estão sentadas. Alguém usou o microfone para defender o aborto e disse: "É um absurdo o que vemos. Há mulheres que têm 12 filhos. Como conseguem criar esses 12 filhos?". Quando ele terminou de falar, o jovem negro se levantou e usou o mesmo microfone e disse: "Queria protestar, porque essa mulher acabou de me matar. Sou o 12º filho da minha mãe. Quero agradecer a Deus por minha mãe ter permitido que eu nascesse. Essa mulher nasceu e quer decidir quem vai nascer". Isso é impossível de aceitarmos em nosso país. No art. 16 da Declaração Universal de Direitos Humanos, vemos consagrado o direito de todos os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, de contrair matrimônio e fundar uma família.

A proposta do plano é permitir o casamento civil de pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por esses casais. Ela é inconstitucional. A Constituição brasileira estabelece que família é homem e mulher. Somos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina que família é homem e mulher. O Programa Nacional de Direitos Humanos quer, por legislação, mudar a Constituição, que só se muda por proposta de emenda. A Declaração Universal dos Direitos Humanos não tem como fazê-lo.

De acordo com o art. 19, toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade sem interferência; inclui procurar, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios, independentemente de fronteiras. A proposta do Programa Nacional de Direitos Humanos é fazer o acompanhamento editorial dos veículos de comunicação, criando um marco legal para os serviços de radiodifusão - rádio e televisão - concedidos, permitidos ou autorizados, com condição para outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas, como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas. Então,

vai criar uma censura. Nosso Marx Golgher, que foi cumprimentado por todos, escreveu um artigo belíssimo sobre a FEB no jornal "Estado de Minas". Ele seria julgado para avaliar se poderia escrever novamente.

Como o Programa de Direitos Humanos pode ser maior que a Declaração, maior do que a Constituição? Em seu art. 5º, a Constituição afirma que a expressão é livre. Eles querem cassar isso.

Vivemos momentos de grande preocupação em face dos retrocessos que se avizinham. A política midiática adotada pelo governo federal, de repetir uma mentira até que ela se torne crível, tem-nos alienado, diminuído nosso senso crítico, a ponto de não distinguirmos o certo do errado, o bom do ruim e aceitarmos passivamente a atabalhoada política internacional, que prioriza o metrô de Caracas ao metrô de Belo Horizonte; que beneficia as necessidades energéticas do companheiro Evo Morales, mas deixa o Brasil às escuras; atende às demandas do FMI, mas se recusa a atender os aposentados brasileiros. E o que dizer da postura de defender o direito do Irã de desenvolver a energia nuclear e de criticar Israel por defender seu povo e sua terra; homenagear os líderes da Revolução Cubana, mas deixar de depositar flores no túmulo de Theodor Herzl.

Comemoramos 62 anos de criação do Estado de Israel. A cada ano de existência, celebramos uma grande vitória, porque os inimigos são muitos, aparelham-se a cada dia, exigindo de nós uma vigilância mais acurada. Estão ao nosso redor, rugindo, mas Israel é a Terra Santa, a terra dos milagres, e mal nenhum há de prevalecer contra esse país abençoado.

Termino lembrando Herzl: "Se quiseres, não será um sonho". E nós quisemos. Nós quisemos aquilo que tantas gerações de judeus desejaram; judeus que sonharam e oraram, que derramaram um mar de lágrimas na esperança de que chegássemos a esse lugar.

Eu sei que somos capazes de fazer muito mais milagres. "Shalom".

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "O Dia da Independência do Estado de Israel celebra a restauração da autonomia judaica e comemora a volta à Terra Prometida. É um marco na história de um povo que tem sido sempre capaz de lutar por seus direitos e valores, defendendo a soberania nacional. Nas comemorações dos 62 anos do Estado de Israel, uma das maiores potências em desenvolvimento no mundo contemporâneo, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais congratula-se com seus líderes e com toda a comunidade israelita".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, para que possamos proceder à entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Sílvio Musman

Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Exmo. Sr. Jaime Aronis, Diretor Executivo da Federação Israelita de Minas Gerais; senhoras e senhores, boa-noite a todos. A história do moderno Estado de Israel nunca pode ser contada sem que se faça menção à participação brasileira. Quando, em 1947, a Organização das Nações Unidas votou, em assembleia geral presidida pelo Diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, pela criação de dois Estados palestinos, um árabe e um judeu, o mundo resgatava o senso de justiça, perdido poucos anos antes, durante o nefasto período da Segunda Guerra Mundial, devolvendo ao povo judeu seu direito de autodeterminação, sem, contudo, tirá-lo do povo palestino árabe, que infelizmente optou pela luta armada em vez de proclamar sua independência, como fez Israel. Nascia neste momento um dos mais duradouros conflitos da modernidade entre árabes palestinos e israelenses. Por outro lado, nascia também um dos mais dinâmicos e ativos países da modernidade, que, em sua curta história de apenas 62 anos, desenvolveu-se, investindo primordialmente no ser humano, tornando-se uma das nações mais desenvolvidas do mundo, oferecendo à humanidade inúmeros benefícios traduzidos em inventos nas esferas científicas e tecnológicas, muitos dos quais incorporados em nosso cotidiano sem que tenhamos conhecimento disso. Porém, talvez o maior retorno e a contribuição dessa jovem nação ao mundo seja o fato de ter-se tornado ícone e isolado representante dos valores éticos universais naquela parte do globo terrestre, sendo certamente a única democracia cercada por teocracias e regimes autoritários e ditatoriais, que sabidamente massacram e desrespeitam os direitos humanos de forma absolutamente repudiável para as nações não só do mundo ocidental, que cultiva os valores democráticos e o livre pensar.

O vínculo entre Brasil e o povo judeu é conhecido desde a época de seu descobrimento, quando levas de judeus e cristãos novos aqui aportaram, fugindo das perseguições religiosas do Velho Mundo. Também por ocasião da Segunda Guerra Mundial milhares de judeus encontraram, em terras brasileiras, porto seguro para salvar suas vidas e a de seus familiares, iniciando aqui sua reconstrução, muitas vezes a partir do zero, prosperando e somando-se aos outros milhares de imigrantes de outras etnias, na construção e no desenvolvimento da nação brasileira. Nesse ponto, cumpre-nos abrir largo parêntese para incluir nessa história a inesquecível participação dos pracinhas brasileiros da FEB na luta contra o nazifascismo. Durante vários anos, os quase 11.000km que nos separam de Israel funcionaram como barreira quase intransponível à aproximação entre os dois países, fato que a evolução tecnológica nos campos da comunicação e dos transportes derrubou, permitindo que, nos últimos anos, o intercâmbio científico, tecnológico, econômico e político ganhasse magnitude inédita na história. O movimento comercial entre Israel e Brasil ronda US\$1.000.000.000,00 desde 2008. Firmou-se um acordo entre Israel e o Mercosul, mediado pelo Brasil, e Israel foi o primeiro país de fora do bloco a firmar esse tipo de acordo. Diversas comitivas de empresários, Ministros de Estado, Deputados e Senadores têm feito viagens e missões tanto em Israel quanto no Brasil. Recentemente, tivemos a vinda ao Brasil do Presidente israelense Shimon Peres e a ida a Israel de nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trazendo os acontecimentos para mais perto de nós, ou seja, para Minas Gerais, tivemos, em 2007, a ida de nosso então Governador Aécio Neves a Israel, sendo essa a primeira visita oficial de um Governador de Minas Gerais àquele país, acompanhado de expressiva delegação de Secretários de Estado. E, em 2009, uma segunda missão governamental de Minas a Israel, dessa vez encabeçada pelo nosso atual Governador Antonio Augusto Anastasia, também acompanhado de Secretários de Estado e pelo nosso querido amigo anfitrião do dia de hoje, Deputado João Leite.

Os frutos dessas missões começam a se materializar. Recentemente, tivemos, em Belo Horizonte, a presença do Sr. Shmuel Yerushalmi, Presidente da Câmara de Comércio Israel-Brasil, que, a convite do governo de Minas Gerais, ministrou palestras e consultorias para auxiliar, com sua larga experiência, o desenvolvimento das incubadoras de empresas em nosso Estado. Como extensão de sua vinda e com todo o seu

apoio e incentivo, estamos trabalhando para a criação da Câmara de Comércio Minas-Israel. Também a visita ao Instituto Weitzman tem servido de exemplo e aprendizado para o aperfeiçoamento do modelo de atuação do setor de ciência e tecnologia. O elo entre nós, judeus brasileiros, e o Estado de Israel é indestrutível e inseparável. Celebrar mais um aniversário da independência do Estado de Israel, aqui na Casa do povo mineiro, é motivo de orgulho e muita honra. Reconhecer a importância da participação brasileira no processo de criação do Estado de Israel, assistir, participar e protagonizar a aproximação entre os dois povos e as duas nações, um privilégio. Parabéns, Israel, pelos seus 62 anos de vida. Ao contrário de outros episódios na história remota, desta vez não temos dúvida de que você veio para ficar. Boa noite.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a cantora Paola Giannini e o músico Cláudio Giovanni, que apresentarão as músicas israelenses "Haleluya" e "Al Col Eleh".

A Sra. Paola Giannini - Novamente, boa noite a todos. "Haleluya" é uma belíssima canção apresentada em 1979 pela cantora Gali Atari e pelo conjunto Milk and Honey, no Eurovision. Essa belíssima canção é a balada que provavelmente foi, é e será a de maior pendor religioso a vencer o festival, porque ela alcançou o 1º lugar no certame. "Haleluya" trata de tema muito importante: o louvor de todas as coisas, aquelas que são, aquelas que ainda não são e as que não serão. Com vocês, "Haleluya".

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, parlamentar de grande atuação nesta Casa, destacando-se na defesa dos direitos humanos, no setor da segurança pública, no esporte e na educação, para não citar outras áreas. Cumprimento o Sr. Silvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, e o Sr. Jaime Aronis, Diretor Executivo da Federação Israelita de Minas Gerais.

A primeira coisa que vem à mente, quando se menciona o Estado de Israel, é a imagem de um país em constante conflito com nações vizinhas, de tentativas frustradas de pacificação, de um povo persistente e unido em torno de seus desafios, valores e convicções. Essa impressão corresponde aos noticiários com os quais nos acostumamos ao longo do tempo e às lembranças provenientes dos relatos históricos. Passagens bíblicas revelam a saga de uma tribo nômade que, guiada por uma fé inabalável, enfrentou toda a sorte de privações em busca de uma pátria onde reinassem paz e harmonia.

Os sofrimentos e as lutas pelo sonho da terra prometida nunca cessaram, da dura escravidão no Egito, do grande êxodo pelo deserto rumo à Palestina, dos anos de cativo na Babilônia, dos exílios, das perseguições políticas e religiosas, do jugo romano à inevitável diáspora.

Espalhados pelo mundo, os judeus passaram a difundir sua cultura, sua capacidade de trabalho e sua inteligência, principalmente entre os países da Europa, destacando-se nos campos literário, científico e filosófico, na navegação, no exercício da medicina e da política, assim como na criação de instituições de ensino, que se tornaram referência pelo pioneirismo e qualidade.

Mas não cessaram as adversidades, decorrentes de guerras políticas e religiosas e do surgimento de ondas regionais de antissemitismo. Sucederam-se, assim, perseguições e morticínios, notadamente nos períodos da Inquisição e das Cruzadas, e expulsão de países como Espanha, França, Inglaterra e Hungria, levando grande parte do povo judaico ao desterro, à discriminação e ao confinamento em guetos.

O ápice da barbárie, contudo, viria a acontecer durante a Segunda Guerra Mundial, com o extermínio de 6 milhões de judeus. A tragédia do Holocausto, gerada pelo nazismo, tornou-se um dos episódios mais nefastos da história, um crime hediondo do qual a humanidade para sempre se envergonhará. Em meio a tanto sofrimento, a tantos séculos de exílio, migrações e provação, somente um povo forte, determinado e fiel a suas crenças e tradições poderia manter viva a unidade política, religiosa e cultural e o sonho de construir nação livre e autônoma.

O reconhecimento, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da independência do Estado de Israel, com pleno direito a território legítimo e soberano, veio coroar esta antiga aspiração e estabelecer as condições básicas para que o povo judeu pudesse, enfim, promover seu ideal de nação. Israel hoje é sólida democracia, na qual prevalece a igualdade social e política para todos os habitantes. Situa-se entre os países mais avançados do mundo em desenvolvimento tecnológico, em produção de artigos científicos e em formação universitária, ostentando o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano do Oriente Médio. Nesta comemoração dos 62 anos de sua independência, cumprimentamos, na pessoa do Dr. Silvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, toda a comunidade judaica espalhada pelo Brasil e pelo mundo, desejando que concretize cada vez mais sua autonomia, sua prosperidade e o projeto de conviver em paz e harmonia com todos os povos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 30/3/2010

Às 15h23min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Funasa, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 25/3/2010. A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os Deputados citados a seguir: Projeto de Resolução nº 3.928/2009, no 2º turno, e Projeto de Lei nº 3.361/2009, em turno único (Deputado Dilzon Melo); Projeto de Resolução nº 3.970/2009, no 2º turno, e Projeto de Lei nº 4.272/2010, em turno único (Deputado Carlos Gomes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.950/2008 (relator: Deputado Dilzon Melo) e 4.106/2009 (relator: Deputado Chico Uejo), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.654, 5.679, 5.697, 5.698 e 5.747/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Inácio Franco em que solicita seja realizada audiência pública, conjunta com a Comissão de Segurança Pública, para debater questões relacionadas à segurança no meio rural, em especial as ocorrências de roubo de gado nas regiões Centro-Oeste e Sul de Minas. Cumprida a finalidade da

reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Dilzon Melo - Carlos Gomes.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 28/4/2010

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo Valério, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Ronaldo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a Emenda à Constituição nº 63, que cria, no País, as carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Diretoria Colegiada do Sindsesp-MG convidando a Comissão a participar da mesa do Encontro Estadual dos Servidores da Funasa em BH. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 4.315/2010 (Deputado Doutor Rinaldo Valério); e 4.411/2010 (Deputado Ruy Muniz), ambos em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja enviado ofício ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde com vistas à realização de esforços junto ao Congresso Nacional para aprovar a regulamentação da Emenda à Constituição nº 63, assim como sejam criadas no Estado as condições necessárias para a implementação da referida norma. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Wagner Fulgêncio Elias, Gerente de Atenção Primária à Saúde da SES, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde; e José Romilso dos Santos, Presidente do Conselho dos Agentes Comunitários de Saúde de Montes Claros, representando Ruth Brilhante de Souza, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - Conacs -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, das demais autoridades e participantes, bem como do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo Valério - Fahim Sawan.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 29/4/2010

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e Durval Ângelo (substituindo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por indicação da Liderança do Bloco PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.501/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2010.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Antônio Júlio - Agostinho Patrus Filho - Adelmo Carneiro Leão.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 29/4/2010

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para debater os termos do Projeto de Lei nº 3.815/2009, em tramitação nesta Casa, de autoria do Deputado Almir Paraca, e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nora Vaz de Melo, Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura, representando o Secretário de Estado de Cultura, Washington Melo, Valquíria Alves Smith Lima, Presidente da Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA-Brasil e Coordenadora Executiva da Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais; e Michelle Lopes, Assessora de Comunicação da Rede de Tecnologias Sociais - RTS -, representando a Secretária Executiva da Rede, Larissa Barros, e os Srs. Ivair Gomes, pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, representando o Presidente da instituição, Baldonado Arthur Napoleão; Marcos Fadanelli, Gerente de Divisão da Fundação Banco do Brasil, representando o Presidente da Fundação, Jacques de Oliveira Pena; Milton Nogueira da Silva, Presidente do Conselho Fiscal da TV Minas; e Lúcio Ventania, Coordenador da Bancrus, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Almir Paraca, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2010.

Ruy Muniz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Lafayette de Andrada.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior,

considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/5/2010: ofícios das Sras. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Júnia Cristina França Santos Egídio, Coordenadora-Geral de Convênios da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo; Francilene Barros Vieira, Gerente Regional de Administração e Suporte Logístico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; e dos Srs. Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE; Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ricardo Anair Barbosa de Lima, Diretor de Monitoramento de Políticas da Diversidade e Identidade da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura (2); João Reis Santana Filho, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Julio Cesar de Araujo Nogueira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (substituto); Ronaldo Coutinho Garcia, Secretário de Articulação para Inclusão Produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.159/2010 no 1º turno, do qual designou como relator o Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.939/2007 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Inácio Franco); 4.136/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio) e 4.194/2010 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.159/2010 no 1º turno deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião para debater o Decreto nº 45.358, de 4/5/2010, que institui o Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS-PPE II, do qual designou como relator o Deputado Agostinho Patrus Filho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2010.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrus Filho - Carlos Gomes - Tiago Ulisses.

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Eros Biondini e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" em 30/4/2010: ofícios da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2); e dos Srs. Henrique Bandeira de Melo, Superintendente de Comunicação Institucional da Copasa-MG; e Sérgio Nogueira da Franca, Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.340/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.900/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Monte Sião para debater ações de incremento ao turismo durante o período da Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/5/2010

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Adalclever Lopes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.144/2010 é retirado da pauta por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.388/2010 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Délio Malheiros). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Padre João - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira - Wander Borges.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/5/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que obriga os Centros de Formação de Condutores - CFCs - a adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado, e altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Cultura.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, e pela aprovação da Subemenda nº 2, que apresenta, à Emenda nº 1.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de

Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.974 e 3.052/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.180/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.783, 3.785 e 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.117/2009, do Deputado Walter Tosta; 4.256/2010, do Governador do Estado; 4.408/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.413/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.305/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.626/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.776/2009, do Deputado Padre João; 4.486 e 4.487/2010, do Governador do Estado; 4.492/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.500/2010, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.124/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.406/2010, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.920 e 5.927/2010, do Deputado Weliton Prado; e 5.949, 5.950, 5.951, 5.952, 5.953, 5.954 e 5.986/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: discutir, em audiência pública, o credenciamento pelos órgãos competentes dos Centros de Formação de Condutores no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Parecer sobre o Substitutivo nº 1 apresentado em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 45/2008 dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.921, 5.928 e 5.929/2010, do Deputado Weliton Prado; e 5.946 e 5.947/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 11/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.757/2009, do Deputado Padre João.

Finalidade: debater, com os convidados mencionados na pauta, o Projeto de Lei nº 4.057/2009, de autoria do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca, e discutir as proibições de desmatamento decorrentes da legislação sobre a referida mata.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre denúncia de agressão a crianças por uma professora do Colégio Pedro II, da Rede de Ensino Pitágoras, nesta Capital, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 11/5/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica, e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente, 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que obriga os Centros de Formação de Condutores - CFCs - a adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências, 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação, 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica, 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica, 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96, 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Gramma, 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica, 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007, 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica, 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus, 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica, 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica, 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica, 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica, 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica, 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado, 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica, 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica, 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica, 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica, 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica, 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica, 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica, 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica, 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/1994, e dá outras providências; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica, 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica, 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009, 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica, 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais, 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais, 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica, 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2010, às 8h30min, no Plenário, com a finalidade de realizar debate público para discutir, com a presença de convidados, as diversas formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, o atendimento às vítimas e a responsabilização

dos agressores e de debater as políticas públicas desenvolvidas no Estado com base na articulação entre a sociedade civil e o poder público.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2010.

André Quintão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a subemenda nº 1 À EMENDA Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 4.389/2010

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei nº 4.389/2010 dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Na discussão em 1º turno, foi apresentada em Plenário a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, sobre a qual compete a esta Comissão se pronunciar, nos termos do disposto no art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.389/2010 fixa em 1º de maio a data base para revisão dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal.

Por ocasião do exame do mérito da matéria, esta Comissão havia apresentado a Emenda nº 1, que fixava em 10,14 o percentual da recomposição salarial a ser aplicado para o exercício de 2010, retroativo a 1º/1/2010.

Tal emenda foi objeto da Subemenda nº 1, redigida nos seguintes termos:

"Para o exercício de 2010, a revisão anual de que trata o 'caput' deste artigo será aplicada no percentual de 10,14%, a partir da publicação de lei específica."

A subemenda em questão elimina, pois, os efeitos retroativos da revisão, mas se refere, de modo impróprio, à publicação de lei específica como marco temporal para a produção dos efeitos relativos à recomposição salarial. Seria mais apropriada a referência à data da publicação da própria lei concessiva da revisão como o momento a partir do qual haveria a incidência do percentual concedido. É com esse propósito que formulamos, ao final deste parecer, a Subemenda nº 2 à Emenda nº 1, de modo a afastar a referida impropriedade, mantendo-se a ideia central de eliminação dos efeitos retro-operantes da revisão.

Frise-se que, conforme consta dos autos do processo relativo ao Projeto de Lei nº 4.389/2010, o Presidente do Tribunal de Justiça pronunciou-se favoravelmente à concessão da referida revisão no percentual já mencionado, desde que sem a retroação a 1º/1/2010.

Portanto, em atenção ao princípio da separação dos Poderes, ratificamos nosso posicionamento favorável à concessão da revisão no percentual de 10,14%, com incidência a partir da publicação da lei que a institui.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e pela aprovação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 1, a seguir apresentada.

SUBEMENDA Nº 2 À EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 4.389/2010

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte parágrafo único:

"Art. 1º - (...)

Parágrafo único - No exercício de 2010, a revisão de que trata o 'caput' deste artigo será de 10,14% (dez vírgula quatorze por cento) e será aplicada na data de publicação desta lei".

Sala das Comissões, 10 de maio de 2010.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Ivair Nogueira - Wander Borges - Lafayette de Andrada.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

31ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 4/5/2010

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, lendo hoje a coluna do jornalista Cláudio Humberto, fiquei um pouco preocupado com o tópico "Primeiro o meu": "A greve selvagem na Universidade de Brasília, que cancelou o início do ano letivo, já adiou por meio ano a vida de milhares de alunos".

Às vezes, não sabemos porque o partido que, desta Tribuna, critica com frequência o ex-Governador Aécio e o Governador Anastasia não se digna a falar da greve dos funcionários da Universidade de Brasília. Neste momento, não se falou da greve da Polícia Federal, que é extremamente importante para Minas Gerais. O Ministério do Planejamento em Brasília não se reuniu com a referida Polícia para tentar resolver o problema da greve. Hoje também deverá estar sendo votada a Medida Provisória nº 475, do Poder Executivo, que dispõe sobre os reajustes dos benefícios mantidos pela Previdência Social para 2010 e 2011. Vale lembrar que essa Medida Provisória perderá sua eficácia no dia 1º de junho. Acho que o Líder do Governo, "Deputado Vagareza", de Brasília, tem feito o trabalho que o governo federal consistentemente faz com nossos aposentados e pensionistas, qual seja o de achatá-lo e acabar com o salário. Esse trabalho tem sido bem realizado, até porque há o anúncio de que, se for aprovado um reajuste de 7% ou 7,7% para os aposentados, o Presidente Lula irá vetá-lo. Imaginem, 7% é um percentual menor que 10%; é isso que estão querendo fazer com os aposentados do Brasil inteiro. Não estão querendo conceder a eles nem 7,7%. Se isso não for votado até o dia 1º de junho, a medida provisória cairá, e o reajuste será zero. É isso o que pretende o "Deputado Vagareza", Líder do PT no Congresso Nacional.

Entretanto, o que me traz a esta tribuna - além do desejo de melhorar um pouco a qualidade de vida dos aposentados, visto que há sete ou oito anos aqueles que recebem pouco mais de um salário mínimo, que pagaram e contribuíram para isso, estão com seus salários achatados - não é o desejo de resposta às agressões que sofri na semana passada por parte de um parlamentar, mas uma preocupação que tenho diante de fatos como esse. Como todos nós, esse parlamentar foi eleito para representar não uma parcela da população, mas todos os mineiros. Portanto, não é o alarido destemperado que me preocupa. Preocupa-me, sim, a falta de compromisso com a verdade, a fala sem consequência dos que, num desespero sem fundamento, tentam conseguir, desta tribuna, no grito, os votos que deveriam ter conquistado ao longo dos quatro anos de mandato, com seu trabalho e sua real dedicação ao povo que os elegeu. Embora muitos duvidem, o povo é muito sábio, pois reconhece os que trabalham, distinguindo-os daqueles que apenas fazem bravatas, falseiam a verdade e têm comportamento ambíguo. Diante das câmeras de TV, são de um jeito; entretanto, fora delas, são totalmente diferentes, quando têm interesse em agradar aos que aqui atacam. V. Exa. reconhece esta fala, Sr. Deputado: "Esta ação promove a grande integração do Norte de Minas, propiciando o escoamento da produção agrícola e o desenvolvimento da região"? Ela é da sua lavra, Deputado Paulo Guedes, e foi dita em 14/8/2009, na presença do Secretário de Estado Danilo de Castro, na inauguração da MG-430, que liga Varzelândia a São João da Ponte. Trata-se de rodovia tocada pelo governo de Minas sem nenhum recurso federal. Pois é, Sr. Deputado, aquilo que V. Exa. elogia lá fora ataca aqui dentro. V. Exa. vem a esta tribuna para cumprir papel circense, esbravejar e tentar mostrar indignação, entretanto acaba fazendo cara de curioso por não ter com o que se indignar.

Ninguém, Deputado Paulo Guedes, está tentando enganar o povo com anúncios na televisão. A campanha publicitária da Amams mostra realidade que V. Exa. não consegue desmentir. Ao contrário do que V. Exa. diz, por não ter o que mostrar a seus eleitores, mostra que os poucos investimentos federais que ainda estão por ser feitos nas rodovias da região não foram obtidos por sua ação exclusiva. Como sempre, V. Exa. mostra pouco respeito para com a verdade. O trecho rodoviário beneficiando Montalvânia, Monte Rei, Manga, Itacarambi e Juvenília, de forma direta, e indiretamente a toda a região, o qual ainda está por iniciar, não é resultado de sua ação apenas. Não lhe nego participação no esforço, certamente impulsionado pelo Deputado Virgílio Guimarães, porque da sua ação individual pouco se sabe e se conhece, a não ser, claro, a prática de denegrir imagens e agredir pessoas; minha formação moral não me impede, porém, de reconhecer o trabalho alheio. Espero que tenha a dignidade de reconhecer que outras pessoas trabalharam muito mais que V. Exa. para obter do governo federal a obra que agora reclama como sua. Não se pode negar o trabalho intenso dos Deputados Márcio Reinaldo e Humberto Souto, o meu trabalho, sem falsa modéstia, e o de vários outros companheiros - o Prefeito Quinquinha, de Manga, que derrotou V. Exa. nas últimas eleições daquele Município; o Padre Zé, de Montalvânia; nosso Prefeito de São João das Missões e o de Juvenília.

O anúncio que V. Exa. ataca faz agradecimento ao governo federal, principalmente ao Vice-Presidente José Alencar, que, quando nos recebeu, no ano passado, nem o projeto dessa estrada estava pronto no Exército. Após telefonema de José Alencar, a pedido meu, do Prefeito Quinquinha, do Prefeito Padre Zé, do Márcio Reinaldo e do Humberto Souto, aí sim, o Exército caminhou para terminar esse projeto e licitar essa obra. Estivemos lá no ano passado; antes disso, como os incautos de nossa região, acreditávamos que V. Exa. estava fazendo algo. O anúncio que V. Exa. ataca faz agradecimento ao governo federal por ações para tornar realidade o sonho da população de Montalvânia. Para falar verdade, o anúncio poderia até ser mais longo, para cobrar do governo federal a realização de outros trechos rodoviários na região. Estradas que deveriam ser asfaltadas dentro do Processo, depois de quase oito anos de mandato do atual governo federal, continuarão com piso de terra, porque a União se recusou a assinar convênio com Minas Gerais autorizando o Estado a asfaltá-las.

Minas, Deputado Paulo Guedes, tinha 225 Municípios sem ligação asfáltica. Sempre que o governo Aécio-Anastasia inaugura obras que estão prontas, V. Exa. está lá, atrás das câmaras, tentando ver se consegue iludir um pouco mais o eleitorado daquela região. Desses Municípios, 219, até o final deste ano ou, no mais tardar, no primeiro semestre de 2011, terão seus acessos asfaltados. Estão prontos 146, no entanto 6 continuarão na terra. São trechos federais cuja inclusão no Processo o Ministério dos Transportes se recusou a autorizar.

Proponho-lhe que se junte aos que estão trabalhando, lutando pelos direitos desses Municípios, pela mudança na legislação federal que esmaga o produtor rural da região de mata seca, impedindo-o de trabalhar. E isso não acontece por causa da fiscalização, que apenas cumpre o que determina a lei, mas sim por causa da insensibilidade do governo federal, que se recusa a revisar a lei, ou melhor, o decreto que ele mesmo instituiu em 2005, segundo o qual a mata seca é igual à mata atlântica. Aliás, não me lembro de tê-lo visto, Sr. Deputado, ou mesmo escutado sua voz durante o encontro com o Ministro Minc - aquele que estava na passeata da maconha, conforme noticiado pelos jornais desta semana -, quando fomos até ele pedir a revogação da lei. Nem tive notícia de qualquer movimento de sua parte para que a ex-Ministra Dilma, candidata a Presidente, recebesse lideranças do Norte de Minas para discutir se é possível ou não a revogação da legislação da mata seca. Só o vi aqui, nesta tribuna, fazendo discursos, com um comportamento à beira do desequilíbrio, acusando, pedindo providências para causas diante das quais também não adota medidas. Demagogia, Sr. Deputado, não resolve o problema do povo. Usar como bandeira política justas reivindicações do povo é estelionato político. Estimular, por exemplo, a greve dos professores, quando V. Exa. sabe que, pelo menos neste ano, não há nada a ser feito em virtude do impedimento legal, é fazer trapaça política, é enganar o professor e sacrificar os alunos e pais de alunos. Essa não é a melhor maneira de se fazer política. O povo merece mais do que demagogia. Quem passa o mandato inteiro fazendo demagogia fica sem discurso na época da eleição. Aí tem que apelar, inventar histórias, negar o trabalho alheio, como forma de não chamar a atenção para a sua própria inoperância. Sr. Deputado, o Norte de Minas está mudando. A região Norte e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri receberam do governo estadual investimentos "per capita" três vezes maiores que a média do Estado. O que o governo do Estado prometeu está cumprindo. Acorde para essa realidade! A história costuma ser cruel com os que negam os fatos verdadeiros.

Gostaria de dizer, senhoras e senhores, povo de Montalvânia e de Manga, que o Prefeito Quinquinha, com apoio principalmente do governo do Estado e do governo federal, vem fazendo uma senhora administração, sem manchas, sem tapear as pessoas. Ele asfaltou vários bairros e construiu as pontes necessárias. Com o apoio do governo estadual, conseguiu reformar todas as escolas da cidade e da região. Aquela administração está fazendo obras importantes no Distrito de São José das Traíras e acabando de assinar convênio com o governo do Estado para asfaltar inúmeras ruas de Manga. A minha vinda à tribuna, meus amigos, não é para criar polêmica nem para dar resposta às agressões que sofri na semana passada, nesta tribuna, mas para trazer a verdade dos fatos. Não é esse alarido destemperado que me preocupa. Se nós, do Parlamento e do Executivo, trabalharmos, com certeza o povo entenderá. Quando o povo de Montalvânia - com oito anos de gestão desse governo federal -, não pôde transferir um doente, porque a estrada estava completamente intransitável, nós nos mobilizamos, os Deputados Federais Márcio Reinaldo e Humberto Souto e este Deputado. Aliás, tenho a certeza de que o Virgílio também deve ter feito gestões a favor disso. O nosso Vice-Presidente, José Alencar, mineiro acima de qualquer suspeita, recebeu-nos, ligou para o Exército, para o Ministério dos Transportes e para o DNIT e pediu que agilizassem o que estava parado há sete anos.

Vimos a Amams, uma entidade de Prefeitos, a pedido deles, passar o filme da visita dos Deputados e de vários Prefeitos - mais de 10 -, no ano passado, com José Alencar, mas essa entidade é atacada de maneira torpe nesta tribuna.

Não vamos polemizar esse assunto e gastar energia no bate-boca e no alarido destemperado. Vamos todos até o Presidente da República e o nosso querido José Alencar, para fazer isso que está sendo feito, e até muito tarde, porque, depois de oito anos do governo federal...

Para concluir, quero agradecer ao governo federal por ter mandado, mesmo tardiamente, fazer o projeto no ano passado. Tomara que essa obra se inicie este ano e que, no ano que vem, o próximo Presidente da República possa concluí-la para que o povo de Montalvânia, Manga, Juvenília, de toda a região, possa ser um pouco mais feliz. Quem sabe o DNIT consiga até fazer um patrolamento na estrada, que está completamente intransitável?

Eram essas as minhas palavras. Não responderemos a ataques, pois temos de trabalhar. Tenho a certeza de que o povo dessa região merece isso, da maneira como a Copasa e o Governador Aécio Neves e o Anastasia mandaram fazer com a rede de esgoto, que já começou com um valor de R\$5.000.000,00 em Montalvânia, e com postos de saúde. Portanto temos de trabalhar para isso, e não ficar trazendo simplesmente conversas vazias e ter atitudes destemperadas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sinto-me surpreso pela forma como o colega, Deputado Arlen Santiago, vem à tribuna fazer-me acusações, desvirtuando a verdade dos fatos. Refrescarei a memória do Deputado, pois ele tem a mania de querer ser dono de tudo. Hoje ele é o Deputado do diário oficial do governo. Assim, para tudo que o governo anuncia, ele manda uma carta dizendo que foi ele. Isso sabemos que ele faz e não é novidade para ninguém, pois já faz isso há quatro mandatos. Agora ele resolveu pegar carona, virar dono de obras federais, como fez na semana passada, ao utilizar uma entidade, a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams -, que é mantida por recursos públicos.

Lembro, Deputado, que, no ano passado, V. Exa. esteve em Manga com o Anastasia, à época Vice-Governador. No mesmo dia, também estive em Montalvânia e disse, para todos ouvirem, que essa estrada não sairia, que o projeto só ficaria pronto no final de 2010 e que a única chance de ela sair seria se o governo federal a devolvesse ao Estado. Lembro-lhe que, no final de 2002, o governo Fernando Henrique, por meio do Aécio Neves, que tinha acabado de ser eleito Governador de Minas Gerais, e o Itamar Franco estava saindo, fez um acordo e estadualizou várias rodovias de Minas Gerais, incluindo esta, a 135, no trecho de Manga-Montalvânia. Naquela época foram passados ao Estado R\$800.000.000,00. V. Exa. deve se lembrar disso. O Aécio pagou o 13º salário dos funcionários, utilizou e desviou a verba, e nada fez nas estradas. E mais, durante os primeiros quatro anos do mandato do Aécio, em que a estrada ficou delegada ao Estado, não passaram sequer uma máquina nela, que ficou totalmente abandonada. Em 2007, quando já eleito Deputado, fui ao Presidente Lula com o Deputado Virgílio Guimarães e conseguimos que ele fizesse um decreto revogando e pegando de volta para o DNIT o trecho de Itacarambi até a divisa da Bahia. Nessa época conseguimos recursos de R\$3.000.000,00 para sua recuperação, mas infelizmente ela já está estragada novamente.

Iniciamos uma luta para colocá-la no PAC, o que conseguimos. Agora, a obra já se encontra em sua fase inicial, pois já foi feita a licitação de três de seus trechos e da manutenção; todavia, algo me causou estranheza. Em menos de um ano, V. Exa. dizia que a obra não sairia, aliás, que só sairia se a entregassem para o Anastasia. Agora V. Exa. apresenta uma propaganda na televisão, dizendo ser o pai da criança. V. Exa. o Prefeito de Manga, o Deputado Humberto Souto, patrocinados pela Amams, cometem claramente um crime eleitoral. E mais: há uma gravação filmada por celular, sem autorização do Presidente, o que é mais grave. V. Exa. se prepare para responder-nos, porque isso não vai ficar de graça. Acionaremos o Ministério Público para saber porque a Amams, que é mantida com dinheiro público, utiliza-se de recursos repassados pelos Municípios para fazer propaganda partidária e mentirosa em favor de V. Exa. Queremos que tudo seja esclarecido. V. Exa., que já é dono de tudo no Estado, agora quer ser dono até das obras do governo federal.

Estou aqui para reafirmar tudo o que disse. Não retiro uma só vírgula. Aliás, digo mais: V. Exa. será convidado por nós, quando da ordem de serviço que o governo federal dará para realização das obras do asfalto de Manga a Montalvânia; de Montalvânia a Cocos, na Bahia; e para a recuperação do trecho de Manga a Itacarambi. V. Exa. será convidado, como Deputado da região. Isso não será problema. V. Exa. pode até tentar virar dono ou querer desqualificar quem lutou por aquela obra, pois tem dinheiro, pode comprar espaço na televisão, pode até comprar a Rede Globo. V. Exa. pode comprar quase tudo, mas não comprará a voz e a coragem deste Deputado, filho daquela terra, que sofreu e sofre, no dia a dia, com aquela estrada. Lá estão meus parentes, meus irmãos, meus amigos e meus eleitores. Portanto arrume outra forma de V. Exa. virar dono de obras. Seja dono das obras do Processo, que é do governo do Estado.

V. Exa. me criticou, dizendo que estou defendendo a greve. Defendo o direito de greve dos servidores da Unimontes e dos professores do Estado, porque é uma vergonha nosso governo pagar menos de um salário mínimo aos professores e a funcionários de universidade. Certas pessoas têm um salário-base de menos de R\$500,00. Refiro-me a valores como R\$360,00, R\$330,00. Isso, para quem enche o peito para falar de choque de gestão, é um choque de congestão contra o Estado, contra os servidores, contra as pessoas de bem. Continuaremos firmes em favor dos professores da Unimontes e da rede estadual que, corajosamente, enfrentam uma greve contra o governo, neste Estado, onde tudo é proibido. É proibido fazer CPI na Assembleia, é proibido fazer greve, é proibido fazer oposição. Prepare-se Governador, porque haverá oposição, e essa voz não se calará. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Mais uma vez, essa intempérie, essa intempetividade e essa maneira de brigar. Ele disse que, enquanto não era Deputado, o coitado do Virgílio Guimarães não fazia nada. O Virgílio sempre foi um bom homem, um homem trabalhador.

Ninguém entra na Presidência da República para filmar com celular. A imagem foi autorizada por José Alencar, esse grande mineiro. No momento em que se fez uso do telefone, havia lá dez Prefeitos da região. Todos aqueles Prefeitos, que ganharam as eleições, eram da região dos candidatos do Deputado Paulo Guedes. O irmão dele foi candidato a Vice-Prefeito de Manga, mas perdeu, assim como também perdeu as eleições um outro irmão, um bom rapaz que era Vereador. Talvez tudo tenha ocorrido por causa da inoperância, por ficarem só bradando, bradando, enquanto o povo precisa de obras. O Virgílio deve ter trabalhado antes também. O Lula está lá há oito anos.

Então, Sr. Presidente, o Vice-Presidente José Alencar recebeu quase 15 pessoas na sua sala, e, na hora em que ligou, sete anos depois de governo, o projeto não estava pronto, terminado. Assim esse mineiro lutou por essa causa, a pedido, a clamor dos Prefeitos que estavam sofrendo. Sempre chegava lá um Deputado Estadual nascido na região, dizendo que a estrada sairia no ano que vem, dali a seis meses. Os Prefeitos foram lá para saber se aquilo era verdade ou não, porque já não acreditavam neste Deputado. Foram, então, ao Vice-Presidente José Alencar, que ligou para o Exército, que, por sua vez, não estava com o projeto pronto. A partir de então, o projeto foi feito. Há três semanas, estivemos de novo com José Alencar, esse mineiro ilustre, que ligou para o Ministro dos Transportes e disse que a obra estava sendo licitada e que ele poderia fazer a ordem de início. A verdade é que, sete, oito anos depois, nenhuma estrada federal foi asfaltada neste Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meus colegas Deputados, sou de linha política em que, quando o interesse da população está em jogo, temos de unir forças para resolver os problemas. Muitas vezes, a discussão, o embate político prejudica a população. O primeiro assunto que quero tratar desta tribuna diz respeito aos professores de Minas Gerais, por quem nós, Deputados, temos enorme respeito, enorme carinho. Todas as vezes em que o assunto que envolve os professores esteve em debate nesta Casa, participamos das discussões e fizemos tudo o que foi possível para que tivessem melhores condições de salário e trabalho. Infelizmente, às vezes essas oportunidades são

aproveitadas por pessoas da política que exercem a chamada demagogia exagerada, transformam o Parlamento em palco, vendem certas ilusões que não podem ser cumpridas. Os professores merecem respeito deste e de todos os Deputados desta Casa. Creio que temos de nos ombrear com todos os que querem a melhoria das condições salariais para os professores. São profissionais dignos do nosso respeito, que dedicam suas vidas a ensinar nossos filhos e a transformar em cidadãos do futuro aquelas crianças que ingressam na rede pública, e por esse motivo têm nosso respeito. Contem comigo em tudo o que for possível fazer para que o professor tenha melhores condições de salário. Estarei a postos para ajudá-los. Tenho dito isto a todas as autoridades que encontro no dia a dia, de Governador a Secretários, que os professores de Minas merecem realmente melhores condições de trabalho. Mesmo reconhecendo as dificuldades do Estado, creio que, no momento oportuno em que a lei assim autorizar, os professores terão melhor ascensão, salário digno, melhores condições de trabalho, no mínimo prédios onde lecionem de forma correta, para realmente colaborarem com a melhoria do ensino em nosso Estado.

Fica aqui meu respeito aos professores de Minas Gerais, aos Diretores das escolas, bem como aos servidores que nelas trabalham. Conheço a luta desses profissionais no dia a dia. Sr. Presidente, na minha cidade, Itamarandiba, onde nasci, professores têm de pagar de seus próprios bolsos o transporte coletivo para dar aula na zona rural. Isso não é razoável, pois o salário deles realmente não suporta mais ônus. Portanto, senhores professores, saibam que, da minha parte, farei tudo o que for possível para que alcancem seus objetivos e tenham um salário digno.

De igual modo, Sr. Presidente, os serventuários da Justiça de Minas Gerais precisam realmente de atenção por parte do poder público. Temos passivo trabalhista, que ainda não foi saldado junto ao Tribunal de Justiça, no valor em torno de R\$44.000.000,00. O Estado, neste caso o Tribunal de Justiça, que tem autonomia financeira plena, deverá encontrar solução para que esses servidores da Justiça recebam o que lhes é devido.

De qualquer forma temos de trabalhar e buscar soluções para que essa questão seja resolvida o mais rápido possível.

Sr. Presidente, falo aqui também em relação aos demais servidores da Justiça, que estão buscando uma recomposição salarial. Creio que neste momento a lei eleitoral não permite isso - e não sei se o orçamento do Tribunal o permite. No entanto o que foi permitido pelo orçamento do Tribunal, que foi combinado nesta Casa e não está sendo devidamente cumprido é a retroatividade do Adicional de Desempenho - ADE - no Poder Judiciário. Foi tratado nesta Casa, nesta Assembleia Legislativa, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o ADE tivesse validade a partir de janeiro, uma vez que esse foi o tratamento dispensado aos servidores do Ministério Público. O projeto que aqui tramitou veio para esta Casa no início do ano, por isso a previsão de que a sua retroatividade fosse desde janeiro. Tudo foi combinado com o Tribunal, por isso não há razão de qualquer ponto de vista que implique na modificação dessa data de janeiro para fins de aplicação do ADE, no âmbito do Poder Judiciário.

Rogo ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais que cumpra o combinado e que faça valer o que foi acertado com a Assembleia, ou seja, que prevaleça a data do ADE a partir de 1º de janeiro, a fim de esses abnegados servidores do Poder Judiciário, sem os quais aquele Tribunal não funcionaria, recebam os benefícios decorrentes da aplicação da lei que criou a ADE no âmbito do Judiciário. É isso que espero e é o que vou cobrar. Tenho certeza de que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cômico de suas responsabilidades, cumprirá o que está previsto em lei e fará valer o combinado nesta Assembleia.

Sr. Presidente, quero abordar aqui também a questão do "recall" da Toyota. Começamos um debate nesta Casa, no mês de fevereiro, e foram realizadas duas audiências públicas por nós requeridas para tratar dos problemas envolvendo aceleragens repentinas dos veículos da Toyota no Brasil. Nos Estados Unidos, na Europa e na China, o tratamento dispensado pela empresa aos milhares de consumidores que adquiriram o automóvel Toyota Corolla foi diferenciado, pois a empresa reconheceu o problema e, imediatamente, começou o "recall". Já no Brasil, vemos as empresas omitindo-se e dizendo que o problema não existe, enquanto vários consumidores registram suas queixas nos órgãos de defesa do consumidor. Porém nem assim a empresa deu a devida importância. O Ministério Público atendeu às reclamações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e determinou a suspensão da comercialização do Toyota Corolla, enquanto não começasse o "recall". Fomos até Brasília para reclamar também o mesmo procedimento. A empresa recorreu à Justiça, foi derrotada e teve de iniciar o "recall" a partir dessa segunda-feira.

Então conclamamos os consumidores, que agora serão beneficiados com a revisão dos seus automóveis, a comparecerem à rede credenciada da Toyota, para que façam valer o que está no Código do Consumidor. Não podemos aceitar que o consumidor brasileiro seja tratado como um consumidor de quinta categoria, até porque o mesmo automóvel que custa US\$12.000,00 na Europa custa US\$40.000,00 aqui; o mesmo automóvel que custa em torno de US\$13.000,00 nos Estados Unidos custa R\$68.000,00 aqui, o que equivale a também US\$40.000,00.

O nosso desejo é que o consumidor seja tratado com respeito, dignidade, como um cidadão de primeiro mundo, assim como aqueles que residem na Europa, no velho continente, nos Estados Unidos ou até mesmo na China. Afinal o "recall" começou em decorrência de uma imposição legal, cujo processo iniciou-se na Assembleia de Minas, alastrou-se para outros Estados e beneficiou consumidores de todo o Brasil.

O Procon está de parabéns. Esse órgão guerreiro, mais uma vez, saiu à frente na defesa do consumidor em Minas Gerais. Espero que agora os outros Procons adotem a mesma medida e tomem Minas Gerais como exemplo. Ficam aqui os meus cumprimentos ao Procon da Assembleia, ao Procon estadual e ao Dr. Amauri Artimos, que, em sintonia com esta Casa, agiu imediatamente e conseguiu essa belíssima vitória não apenas para o consumidor mineiro, mas também para aqueles que estão além das fronteiras da nossa Minas Gerais.

Sr. Presidente, também gostaria de falar a respeito dos planos de saúde. Tenho bradado desta tribuna para mostrar que, em Minas Gerais, não nos iremos calar enquanto os planos de saúde não derem um atendimento digno aos consumidores mineiros, disponibilizando leitos, médicos, laboratórios e clínicas, para que aquelas pessoas que pagam caro por um plano de saúde não tenham de enfrentar fila durante 2, 3 ou 4 horas. Dizem que os planos de saúde estão piores que o SUS, que é uma rede pública. Os servidores do SUS são pessoas dedicadas, e os seus médicos abnegados prestam, em muitos casos, um atendimento melhor que o dos planos de saúde. Estes cobram caro e estão praticando o chamado "overbooking". Pessoas que não são atendidas acabam sendo captadas; acabam assinando contrato com os planos de saúde, por acreditarem que terão atendimento quando mais precisarem, o que não é verdade. Os hospitais e clínicas estão abarrotados, e os médicos não dão conta de atender, mas os planos continuam a vender mais contratos e a iludir o consumidor, dizendo que ele terá um ótimo atendimento, um atendimento de Primeiro Mundo, um atendimento cinco estrelas, um atendimento classe A, mas o que se vê nas portas dos hospitais são filas intermináveis de consumidores em busca de um atendimento. Queremos respeito com esses consumidores. Aumentem a sua rede de atendimento, bem como os seus leitos e médicos credenciados, ou terão de parar de vender novos contratos. Isso vai ocorrer ou por decisão da Agência Nacional de Saúde - ANS - ou por decisão do Ministério Público ou, ainda, por decisão judicial. Não vamos aceitar que essa situação perdure.

Hoje conversei com o Prefeito de Brumadinho, o nosso conhecido Neném, para que a sua municipalidade reveja o que está acontecendo em volta de Belo Horizonte, no que diz respeito à cobrança do IPTU. Em alguns casos, o IPTU daquele Município subiu mais de 2.000%, num momento em que as pessoas, especialmente a classe média, que residem nos condomínios à margem da Rodovia-040 estão com os seus orçamentos estrangulados. Ponderei ao Prefeito que alguma medida deveria ser adotada, e ele se sensibilizou e disse que, a partir de agora, irá rever todos os pedidos de redução do imposto em processos administrativos. Essa medida irá diminuir os elevados ônus das pessoas que optaram por morar naquele Município e agora não podem ser penalizadas com a decisão daquela municipalidade.

Sr. Presidente, no que diz respeito ao meio ambiente, ontem houve uma belíssima festa no Palácio das Artes, promovida pela Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada - Arca-Amasserra -, que é a associação de proteção da Serra da Calçada. Ontem, assistimos a "shows" no Palácio das Artes, e vários artistas se manifestaram favoravelmente ao nosso projeto de anexação da

Serra da Calçada ao Parque Rola-Moça, preservando assim aquela importantíssima área verde de Belo Horizonte como uma área de proteção ambiental. É preciso olharmos para o meio ambiente para que tenhamos uma visão mais rígida em relação à mineração, porque, se permitirmos que a mineração destrua todos os nossos patrimônios e as nossas últimas reservas ambientais, o nosso futuro será cada vez mais incerto. A natureza não aguenta mais tanta agressão. A Serra da Calçada deve ser preservada, por isso esse belo "show" produzido ontem pela Amasserra, em homenagem a todos aqueles que trabalham na proteção da Serra da Calçada. Somos apenas um soldado nessa luta, mas tenho certeza de que, a cada dia, mais pessoas abraçarão essa causa pela proteção da Serra da Calçada. Esse soldado não estará sozinho, visto que haverá um exército em defesa do meio ambiente na chamada APA Sul de Belo Horizonte. Que essas áreas de extrema importância para os patrimônios ambiental e arqueológico de nosso Estado sejam preservadas e não sejam vítimas da voracidade das mineradoras que querem, a cada dia, destruir o nosso meio ambiente. Evidentemente, até pelo próprio nome de Minas Gerais, temos aqui vocação para a mineração, que traz riquezas, qualidade de vida e benefícios, mas traz também estragos, que são marcas indelévels na natureza. São marcas que nossos netos um dia verão e nos cobrarão na eternidade, pois saberão que trabalhamos, mas ainda fizemos pouco pela preservação da natureza. Portanto, Sr. Presidente, conclamo nossos pares, nossos colegas Deputados a nos ajudarem a preservar a Serra da Calçada, esse importante patrimônio ambiental de Minas Gerais. Sr. Presidente, fica aqui este alerta: se não trabalharmos agora, no futuro teremos dívida com nossos netos, porque não trabalhamos o suficiente para preservar esse importante patrimônio de Minas Gerais, que é a Serra da Calçada.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui, mais uma vez, para falar de um tema que a Assembleia tem discutido muito, de forma às vezes contrária, sobre a insegurança no nosso Estado. Às vezes, saímos por aí para realizar audiências públicas para tratar de segurança, mas na verdade estamos tratando da insegurança da população de Minas Gerais. Faço aqui este alerta à Defesa Social e à própria Polícia Civil, pois tenho visto, com bastante tristeza, o desmanche da Polícia Civil que o governo tem feito no nosso Estado. O que me deixa mais indignado é a concordância da cúpula da Polícia Civil. Há trabalho, planejamento de acabar com a Polícia Civil em todas as cidades com menos de 10 mil habitantes. Será que é aquele trabalho que conhecemos há mais tempo, quando a Polícia Militar tinha o desejo de assumir o papel da Polícia Judiciária em nosso Estado? Parece que há esse trabalho para desmanche da Polícia Civil, haja vista o que está acontecendo no nosso Estado. Hoje Delegados novos, que estão há mais tempo na polícia e têm direito à aposentadoria, não estão esperando nem um minuto a mais do tempo, porque não conseguem continuar trabalhando como Delegado, como Polícia Civil, em razão da estrutura que o Estado hoje oferece a policiais, Delegados, Detetives. Não há a mínima segurança ou condição de trabalho. Estão saindo prematuramente da atividade de polícia judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputado Adelmo, a cidade de Papagaios, a cento e poucos quilômetros de Belo Horizonte, com cerca de 17 mil habitantes, é a 16ª cidade mais violenta de Minas Gerais. No entanto está sem Polícia Civil há uma semana. Ontem falei com o Secretário Adjunto da Defesa Social, que me disse que há planejamento para colocar Delegado lá, em janeiro. Falei: Secretário, o senhor está louco. Isso era para ter sido resolvido ontem, e não daqui a seis meses, porque se trata de cidade violenta. Está nos mapas. Mesmo nos mapas que são direcionados, maquiados e mascarados pelo governo, há problema sério lá, que precisa ser resolvido. Adelmo, tiraram até as viaturas, os Detetives, o Escrivão e a Polícia Civil de Papagaios. É disto que tenho reclamado neste governo: dos planejamentos feitos em gabinetes com ar condicionado. As pessoas que estão planejando Minas Gerais, principalmente na área de segurança, não conhecem Minas Gerais. Não sabem onde fica Papagaios ou que Papagaios é cidade violenta. Isso não é de hoje. Vimos a Secretaria de Defesa Social ir lá e desativar o trabalho da Polícia Civil naquela cidade. O mais grave é: para onde será levado qualquer preso detido para averiguação ou mesmo em flagrante? Para Pitangui, na sede da Comarca, ou para Pará de Minas, que é sede da Superintendência da Polícia Civil? Enquanto isso a cidade ficará à mercê, porque terá de tirar um comboio para levar esta pessoa, o que poderia ser resolvido em Papagaios, como ser ouvido em cartório ou coisa semelhante. Estamos aí. Na Secretaria de Segurança Pública, falam: "Existe planejamento para o ano que vem". Mas será que a comunidade, o povo de Papagaios poderá esperar até o ano que vem para que esse problema seja resolvido? É isso que está acontecendo com a segurança pública; é isso que estamos vendo em Contagem, quando há o toque de recolher. E não acontece somente em Contagem, mas em vários aglomerados de Belo Horizonte, onde só se entra com autorização da bandidagem - não é da polícia, mas da bandidagem, que autoriza ou não a subir os morros. O governo diz que a segurança avançou em Minas, porque agora tudo em Minas avançou, melhorou. Melhorou de que jeito, se não temos segurança? Sr. Presidente, há dados estatísticos segundo os quais, se você tomar tiro e não morrer na hora, não é acidente, assalto ou ocorrência grave. Ainda que tenha morrido, as informações são maquiadas, como se fosse tentativa de homicídio, acidente ou morte em hospital, como se não fosse fruto do assalto ocorrido. Então estamos indignados, porque o que queremos deste governo, da Polícia Civil e da defesa social é que parem com esta mentirada que dizem a respeito da segurança pública em Minas Gerais, que assumam a responsabilidade e definam onde há problema. Esse é o caso de Papagaios. Lá está sem Polícia Civil. Retiraram até os veículos de lá. Desativaram a Polícia Civil de cidade com 17 mil habitantes que é a 16ª mais violenta de Minas Gerais. Quando reclamamos, Adelmo, dizem que tomarão providências no ano que vem. Será que estão brincando com o povo de Minas? Estamos vendo que tudo vira brincadeira.

Pulando de um assunto para outro, vemos a forma como está sendo tratada a greve dos professores pelo governo do Estado e pela própria imprensa, pois sabemos que a imprensa só noticia o que o governo permite. Não se assentam para conversar, não aceitam falar. Vão para a imprensa e dizem que apenas 10% estão em greve. Na nossa região, são 100%, para não falar 120%, pois ainda há mais gente aderindo. Ficam fingindo que não está acontecendo nada, e às vezes a falta de informação da sociedade, do povo em geral nos leva a acreditar que está tudo bem. É isso que está acontecendo com nossa segurança pública ou com nossa insegurança pública.

Há outro fato de difícil solução, pois não querem resolver: o problema dos veículos apreendidos em Pitangui. Lá existe pátio do Detran onde há três veículos, um em cima do outro, e a maior incidência do mosquito da dengue. Não se toma providência. Há dois anos estamos lutando para que haja o leilão desses veículos, para que sejam retirados, em prol da segurança da população, mas nada é feito. Há três meses, fomos à secretaria do Detran, e disseram: "Faremos perícia, publicaremos e faremos leilão". Mas isso deve acontecer daqui a uns 10, 15 ou 20 anos. Enquanto isso a população está sofrendo. Então essas questões sobre segurança pública, Detran, Polícia Civil devem ser resolvidas e não podem ser tratadas da forma como estão sendo. Os órgãos de segurança pública fazem planejamento por meio de pessoas que não conhecem do assunto, que estão dentro do gabinete e desconhecem o que está acontecendo no interior. Se perguntarmos àqueles que planejam qual é a estrutura da Delegacia de Papagaios, não saberão nem onde ela funciona. Quando visitamos a cadeia pública de Três Pontas, denunciei aqui e falei que era absurdo o que estava acontecendo lá. Não tomaram providência alguma, e 27 presos fugiram. Ainda bem que estão apenas fugindo, porque eu estava prevendo massacre, até mesmo com os Agentes que lá trabalham. Fazem pintura, caiação e dizem que fizeram reformulação, mas caiação não resolverá o problema. Estamos denunciando este descaso do Comando da Polícia Civil - não dos policiais que estão no interior - para com a população de Minas Gerais, talvez até orientada pelo governo. Em Pará de Minas, que é minha cidade - estou voltando, pois fui a Papagaios, Pitangui e agora volto a Pará de Minas -, não temos mais Delegados. Há sede da Superintendência da Polícia Civil, que abrange oito cidades.

Os Delegados estão se aposentando porque sabem que estão sem condições de trabalhar. Se quiserem abrir processo e retirar xerox, precisam pagar por isso do próprio bolso. Ainda precisam pedir dinheiro para os que frequentam a delegacia, a fim de comprar papel ou "thinner" para colocar na máquina. Essa é a polícia que estamos vendo e da qual queremos reclamar. Onde está a segurança do povo? Se alguém precisa tirar Carteira de Identidade, não consegue mais fazer isso no interior.

Há alguns dias, Deputado Adelmo Carneiro Leão, acabaram com as bancas examinadoras, porque inventaram fórmula de remuneração dos agentes que trabalham nelas. Não houve acordo e chegaram a fechá-las; noticiaram que as fechariam. Aí o Detran recuou e voltaram a funcionar. Não entendi por que voltaram a funcionar à noite, mas pelo menos estão funcionando. São tomadas estas medidas. Repito que se trata de pessoas que fazem o planejamento do nosso Estado sem conhecer sua realidade e que, além disso, não se preocupam com o povo, porque sabem que não haverá denúncia alguma por parte da imprensa, ou seja, nada disso sairá publicado, a não ser o que dizemos aqui. O povo não ficará sabendo que hoje, em Papagaios, não há Polícia Civil. Sei que existe planejamento da Polícia Civil para retirar todo o seu contingente das cidades com menos de 10 mil habitantes. Esse é outro erro, pois deveria realizar trabalho para estar presente nos 853 Municípios. Não é preciso incluir aí os Delegados. Não seríamos hipócritas de exigir Delegado em cidade de 2 mil habitantes. No entanto poderia haver representante da Polícia Civil para permitir à população tirar Carteira de Identidade, dar andamento aos documentos de veículos. Poderia haver um Agente ou um funcionário com essa delegação. Na verdade, é o que acontece com a Polícia Militar. O Cabo ou o Soldado que está na cidadezinha do interior está falando em nome da corporação Polícia Militar.

A Polícia Civil vai-se acabando. Parece que há trabalho para acabar com essa corporação, pela qual temos o maior respeito. Se há entidade da qual gostamos e pela qual temos carinho, podemos dizer que é a Polícia Civil. Digo isso em nome de todos os Deputados aqui. No entanto, o desânimo que se abateu hoje sobre os policiais da Polícia Civil é de assustar. É preciso realmente fazer algo. Temos de lutar para que essa situação seja modificada e a Secretaria de Defesa Social forneça informação correta sobre o que está ocorrendo. Por que há esta leva de tantos Delegados se aposentando prematuramente e ninguém faz nada? Entram 10 Delegados por concurso e saem 20 que não querem ficar porque não têm condições de trabalhar. Às vezes acham ruim fazermos essa manifestação.

Deputado João Leite, o que digo aqui podemos constatar lá. Podemos sair daqui agora, sem maquiagem nada, e nos dirigir até Papagaios, que veremos que não há nem carro de polícia. Certa vez fizemos denúncia. Não sei se V. Exas. se lembram disto: a Polícia Militar pôs veículo no Viaduto da Floresta para dizer que estava presente. No entanto, estava enganando a população de Belo Horizonte, porque só havia a carcaça do veículo. Quando os bandidos assaltavam na entrada do viaduto, escondiam-se dentro desse veículo da polícia. Quiseram vender para a população a imagem de que a Polícia Civil se encontrava ali, fazendo "blitz" e tudo o mais, com carcaça de carro. Retiraram-no de lá, e foi aquela confusão, o que denunciamos. É isso o que está acontecendo.

Como dizia o Prof. Anastasia, não estou denunciando, mas constatando. Ele diz que isto não é denúncia, mas constatação, e podemos ir até lá para ver os veículos apreendidos. Deputado João Leite, V. Exa. é vizinho de Pitangui. Ocorre algo absurdo nessa cidade. A dengue tomou conta de Pitangui, por causa do pátio do Detran, que agora nem mais veículos apreende lá. Fecharam-no. Quando apreende veículo - às vezes a polícia deixa de apreender, porque não há lugar para colocar -, leva-o para Nova Serrana. Esse é outro absurdo, pois essa cidade é sede de comarca. O que está acontecendo em Papagaios é lamentável, lamentável mesmo. Queremos, exigimos e pedimos palavra rápida do Secretário de Defesa Social sobre o que acontece nessa cidade.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Quero apenas lembrar a V. Exa. o esforço que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa está fazendo para ir a todas as Regiões Integradas de Segurança Pública. Visitamos 12, e ainda faltam 6: estivemos em Montes Claros, Teófilo Ottoni, Valadares e Uberaba. No dia 17, estaremos em Vespasiano; no dia 24, em Contagem; e, no dia 25, em Divinópolis, Papagaios, Pitangui, Conceição do Pará, localidades que fazem parte da Região Integrada de Segurança Pública de Divinópolis. Levaremos sua preocupação. Dada a gravidade da situação, estamos à disposição, Deputado Antônio Júlio, para ir até Papagaios discutir com o governo a esse respeito. Apesar de ser belo-horizontino, V. Exa. sabe muito bem onde está meu coração: na estação de Velho da Taipa, região que pertence a Conceição do Pará, divisa com Pitangui. É sonho nosso, sei que é sonho seu; agora aquela estação belíssima está sendo restaurada pelo governo e abrigará centro de cultura. Coloco-me à disposição de V. Exa. para irmos até lá. No dia 25, discutiremos também a questão de Papagaios na Região Integrada de Divinópolis, com o Coronel Comandante da região e o Delegado.

Encerrando, Deputado Antônio Júlio, hoje recebemos comunicação da defesa social sobre o chamamento de mais de 246 Agentes de Polícia - o que, parece-me, ajudará a recompor o quadro - e também de novos Delegados. É necessário, V. Exa. está assinalando, recompor especialmente o efetivo de Papagaios, cidade que, sabemos, infelizmente ainda mantém alto índice de criminalidade. Muito obrigado e parabéns. No dia 25, seguramente estaremos juntos, e V. Exa. certamente dará sua contribuição ao debate, como sempre.

O Deputado Antônio Júlio - Muito obrigado, Deputado João Leite. Serei apenas um pouco irônico: trataremos, em Divinópolis, da insegurança pública de Minas Gerais. Estarei lá, com o maior prazer, para discutir a insegurança que vivemos hoje no nosso Estado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, tentarei ser bem breve. Primeiramente, cumprimento todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da educação pela grande conquista que obtiveram, por meio de liminar que impediu a Secretaria de Educação, a Superintendência, as direções de cada escola de contratar professores para substituir os trabalhadores em greve. Isso ocorreu na véspera do Dia do Trabalhador, no dia 1º de maio. Aproveito para cumprimentar o Desembargador Alberto Vilas Boas, que reconhece a legitimidade do movimento e deixa muito claro o impedimento dessas contratações. Entre várias alegações, ele diz: "Fundado nestas razões e em atenção aos limites expostos na inicial, suspendo a eficácia do item 7 do ofício circular" - esse item 7 era justamente o que determinava aos Diretores contratar professores, substituindo os que estão em greve - "bem como ordeno à autoridade coatora que não realize nenhuma contratação ou designação de professores temporários em substituição àqueles que aderiram à greve dos professores públicos estaduais. A aludida medida abrange ainda a suspensão de eventuais contratações já implementadas a partir da edição do referido ofício circular. Desembargador Alberto Vilas Boas".

Cumprimentamos o Desembargador pela sensibilidade, pela iniciativa e pelo respeito que expressa nessa decisão liminar aos trabalhadores da educação de Minas Gerais, que têm um salário vergonhoso: piso de R\$369,00 para professor com nível médio; R\$550,00 para professor com licenciatura plena; R\$819,00 para professor com mestrado; R\$363,00 para o Auxiliar de Serviço de Educação Básica; R\$506,00 para especialista em educação básica; e R\$577,00 para Assistente Técnico de Educação Básica. Uma vergonha! A greve é legítima e justa. Nosso grande apelo é a toda a sociedade mineira, sobretudo pais de alunos que querem uma educação de qualidade, para que deem apoio a esse movimento. Não teremos qualidade na educação se não investirmos nos principais atores, os professores, e nos auxiliares, cujo trabalho também é tão importante, assim como no técnico da educação e no trabalhador dos serviços gerais. É justa e legítima essa luta dos trabalhadores da educação. E foi muito autoritária a decisão da Secretaria de Estado de Educação, quando determinou a contratação ou a designação de outros trabalhadores em substituição aos que estão no movimento. Cumprimento a direção do Sind-UTE. Estão de parabéns pela luta e pela forma como vêm conduzindo os trabalhos, pelos debates que vêm travando.

Enfim, parte da grande mídia está dando espaço para esses trabalhadores. Até que enfim, pois a greve, que já fará um mês, não estava encontrando nenhuma visibilidade nos meios de comunicação. Estes não estavam dando apoio ou, quando se referiam à greve, falavam de 1.500 pessoas ao invés de 15 mil. Uma coisa absurda! Quem perde a credibilidade é a própria imprensa ou alguns veículos de comunicação, que não reconhecem o que está havendo de fato na rua.

É importante que esse movimento dos trabalhadores da educação esteja em sintonia com a Unimontes, que também está em greve, tanto o corpo docente quanto o corpo do hospital universitário. E estão em greve, porque lá também há piso salarial abaixo do salário mínimo. É uma vergonha, é inadmissível que um Estado com a 2ª economia do País, que só perde para São Paulo, esteja nessa situação. Parece ser uma coisa bem-orquestrada. O desrespeito com os trabalhadores do Executivo estende-se ao Judiciário. Nossa solidariedade, portanto, é tanto ao Serjusmig quanto ao Sinjus, com suas reivindicações legítimas. Não dá para entender por que priorizam a criação de 54 cargos comissionados, mas não priorizam a carreira e a data-base dos servidores. São servidores que já têm 10, 15 ou mesmo 20 anos de trabalho, de dedicação, correndo risco de vida ou prejudicando a qualidade de vida, expondo sua saúde e enfrentando situações até mesmo constrangedoras. Portanto têm eles o nosso apoio. É a primeira vez que uso esta tribuna depois do dia 1º de maio, Dia do Trabalho, que existe em função dos trabalhadores. Ora, se existem trabalhadores que devem ser respeitados e valorizados, isso tem de começar do poder público, no âmbito do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. O Estado brasileiro como um todo tem de dar exemplo nas relações de trabalho, sobretudo reconhecendo a importância do trabalhador com uma justa remuneração, garantindo-lhe qualidade de vida no exercício de sua profissão ou, depois, quando aposentado. O tempo foi muito curto, Sr. Presidente, mas agradeço a V. Exa.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público nas galerias, imprensa e telespectadores da TV Assembleia, gostaria inicialmente de saudar os representantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de maneira particular os representantes dos Oficiais de Justiça, que encaminham suas justas reivindicações para a categoria. Ao longo dos últimos anos, acompanhamos essa movimentação e sabemos que há uma tramitação também no âmbito federal que pretende auxiliar nessa discussão, tentando corrigir as disparidades reclamadas pelos Oficiais de Justiça, de maneira pontual e específica a questão do adicional de periculosidade. Entendemos justa a reivindicação dos Oficiais de Justiça, portanto nos pronunciamos a favor.

Sr. Presidente, gostaria de retomar aqui a abordagem do Líder da Bancada do PT, Deputado Padre João, a respeito da greve dos professores públicos de Minas Gerais. Falou-se da vitória que consistiu na liminar concedida que impede a substituição, a contratação para substituir os professores grevistas. Juntamente com os Deputados do Bloco PT-PMDB-PCdoB, fazemos coro com o pronunciamento do Deputado Padre João. Gostaríamos ainda de fazer uma manifestação. No interior do Estado ou por onde andamos, encontramos sempre com comandos de greve locais e regionais, representantes do Sind-UTE ou, ainda, professores em manifestações ou reuniões, discutindo e mantendo a greve no Estado. Com todas as letras, afirmamos que nosso entendimento é o mesmo do Sind-UTE e de vários juristas consultados tanto no Estado de Minas Gerais quanto fora dele. Nossa pergunta é: é possível atender às demandas de carreiras isoladas que não representem reajuste geral? Portanto, a consideração e a apreciação está efetivamente nas mãos do governo do Estado. Esperamos o atendimento da reivindicação dos professores de Minas Gerais, que é absolutamente justa, ou seja, o cumprimento e a aplicação real e efetiva do piso nacional para a educação em Minas Gerais. Seria um exemplo que o Estado daria ao Brasil, um reforço para a melhoria da educação pública não apenas em Minas, mas também em todo o território nacional, e uma sinalização para reafirmar os discursos feitos pelo Executivo, esta Casa, o Congresso Nacional, as demais Casas Legislativas nos mais de cinco mil Municípios brasileiros e diversas lideranças setoriais, que não se cansam de repetir a afirmação: "Sem uma educação pública de qualidade, universal, não é possível promover o verdadeiro desenvolvimento do Brasil". Portanto, estamos diante de uma questão objetiva, prática: transformaremos em realidade os discursos que nós próprios repetimos à exaustão, quando se trata de promover uma educação pública de qualidade e colocar a educação de Minas Gerais e do Brasil em seu devido lugar. O governo Lula tem dado demonstrações inequívocas a favor da educação em todo o território nacional. E Minas Gerais tem sido beneficiada com essas ações do governo Lula, quer aquelas que ampliam a universidade pública brasileira por meio do Reuni, ampliando e democratizando o acesso às universidades públicas brasileiras, quer aquelas que ampliam os institutos federais de educação e apontam, por meio do plano elaborado pelo governo federal, ampliação ainda mais consistente para os próximos anos, melhorando a qualificação profissional de nossa juventude. Sem isso, não dá para falar em desenvolvimento sustentável no Brasil. Nos últimos anos, o número desses institutos duplicou ou quase triplicou. Precisamos de mão de obra qualificada, preparada para ocupar os postos de trabalho e aprofundar esse processo de transformação que o Presidente Lula desencadeou no Brasil.

Retomando a discussão da greve dos professores, entendemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal define que o prazo limite para a ampliação de despesas de pessoal é 30 de junho no ano eleitoral, e queremos relacionar vários exemplos de leis que tratam de benefícios para os servidores públicos, sancionadas no ano eleitoral de 2006, em prazo, portanto, similar ao atual.

A legislação de 2006 para cá, no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e àquilo que é ou não permitido ser realizado no ano eleitoral, não foi alterada; trata-se da mesma legislação. Vejam o que ocorreu em 2006 nesta Casa e no Estado de Minas Gerais: Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006, tabelas de vencimento de Defensor Público, de Procurador do Estado e de Advogado Autárquico e outros; e Leis nºs 16.198, de 26/6/2006, que concede gratificação dos pilotos; 16.192, de 23/6/2006, beneficiando o secretário particular do Aécio Neves e o valor das funções gratificadas; 16.180, de 16/6/2006, gratificação de 30%, por exposição a agentes nocivos à saúde, para membros do Ministério Público; 16.134, de 26/5/2006, vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado; 16.114, de 18/5/2006, subsídio dos membros do Poder Judiciário; 16.079, de 26/4/2006, subsídio dos membros do Ministério Público; e 16.076, de 26/4/2006, remuneração do pessoal da Polícia Militar. Um rol de leis discutidas, aprovadas, sancionadas e aplicadas, corrigindo subsídios, vencimentos, salários de servidores públicos, exatamente no período que antecede a abertura do processo eleitoral. Portanto queremos afirmar que estamos num período passível de atender os professores públicos de Minas Gerais, que fazem um movimento heróico, legítimo, e que estão, efetivamente, defendendo uma educação pública à altura do que merece o povo de Minas Gerais.

Ainda nesse tema, gostaria de saudar os professores que estão à frente do movimento grevista em nossa região, a Noroeste de Minas, as cidades que estão nas bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia, e a coordenação regional do Sind-UTE, que tem sede em Paracatu. Reuni-me, várias vezes, com as lideranças do Sind-UTE e dos professores em diversas cidades da região. Estamos demonstrando, mais uma vez, com a Bancada do PT e com o Bloco PT-PMDB-PCdoB, a nossa solidariedade com os professores grevistas de Minas Gerais.

Gostaríamos ainda, Sr. Presidente, de trazer um assunto que consideramos extremamente delicado. Fomos informados hoje, e, coincidentemente, por mais de um Secretário de Saúde de Municípios do Estado de Minas Gerais, que o governo do Estado não repassou, até esta data, nenhum centavo dos recursos da atenção primária aos Municípios durante o ano de 2010. Estamos falando de recursos para bancar a atenção primária da saúde, que o governo do Estado não está repassando aos Municípios.

É sabido por todos que Minas Gerais está enfrentando epidemias de dengue, que vários Municípios estão em estado de calamidade pública e que recursos da atenção primária não estão chegando à ponta, aos Municípios. Gostaríamos que não fosse verdade, que essa informação não procedesse, porque é muito grave, mas fica nosso apelo para que a Secretaria de Saúde do Estado avalie e corrija isso o mais rápido possível, pois precisamos garantir o bom funcionamento do sistema de saúde onde ele, de fato, ocorre: na ponta, em cada Município do Estado, para que a saúde pública de nosso Estado mude esse quadro, em que grande quantidade, talvez a maioria, de Municípios tem como principal sistema de saúde a ambulância, que socorre os necessitados e os leva para centro maior, para serem atendidos e socorridos. Portanto a atenção primária, os recursos para garantir a prestação desse serviço são fundamentais.

Na semana passada, Sr. Presidente, realizamos audiência pública na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, para tratar do Projeto de Lei nº 3.815/2009, de minha autoria, que propõe a criação da política estadual de fomento às tecnologias sociais. Quando se trata de ciência, tecnologia e inovação, tratamos de objeto que é fundamental, decisivo para promover a melhoria da qualidade de vida da população. Nosso projeto de lei passou por discussão muito frutífera, com as mais diversas representações, seja do governo federal, seja de organizações nacionais que estão levando adiante esse debate, seja de organizações não governamentais que atuam em Minas Gerais, com a divulgação das tecnologias sociais e com o apoio à reaplicação e à difusão concreta das soluções criadas pelo diálogo da academia e dos centros de pesquisas, com o conhecimento e a tradição popular do povo de Minas Gerais. Esperamos a oportunidade para retomar essa discussão. Alertamos sobre isso e convidamos todas as instituições públicas, privadas ou do terceiro setor que tenham interesse no tema das tecnologias sociais para que nos procurem, acionem nosso gabinete, avaliem nossa proposição, nosso projeto de lei e deem sugestões, subsídios. Queremos incorporar na política de ciência, tecnologia e inovação do Estado o reconhecimento e a chancela do conhecimento tradicional, do saber e do fazer das comunidades urbanas e do interior do Estado, enfim, o conhecimento que dominam e criam para solucionar, da maneira mais apropriada possível, com poucos recursos, os diversos problemas que ainda alcançam as pequenas comunidades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembleia espalhados por diversas cidades de Minas Gerais. Venho a esta tribuna para mais uma vez manifestar o nosso apoio ao Sind-UTE, aos professores do Estado de Minas Gerais e aos professores, funcionários e estudantes da Unimontes de Montes Claros, que estão em greve geral por melhoria de condições de trabalho. Também quero trazer o nosso apoio e a nossa solidariedade aos servidores do Hospital Universitário de Montes Claros, que também pertence à Unimontes, que, repito, está em greve há mais de 30 dias, na luta por melhoria das condições de trabalho. Além de trazer o nosso apoio, queremos solicitar ao governo uma posição mais clara. Esperamos que o Governador Anastasia e a Secretária Renata Vilhena chamem o pessoal do comando de greve da Unimontes para uma negociação. Hoje a Unimontes se encontra numa situação muito difícil. O governo criou muitos problemas que precisam ser solucionados não apenas no tocante à questão salarial - uma das principais reivindicações -, mas também no que se refere a outros pontos que a categoria reivindica, e o governo pode resolvê-los. Há uma série de normas criadas pelo governo do Estado que estão atrapalhando a Unimontes. A aprovação da Lei nº 100, que efetivou vários servidores da Unimontes, gerou inúmeras distorções. Uma delas é que um contratado recebe mais do que um professor efetivado. Esses são problemas que precisam ser resolvidos, e a Secretária precisa se reunir com o comando de greve. Estamos aqui solidários ao movimento, trazendo o nosso apoio aos servidores - professores do Estado, professores e funcionários da Unimontes. Não podemos admitir que o governo do Estado divulgue uma informação, mas, na prática, aja de forma totalmente diferente. É inadmissível que servidores da Unimontes e do Hospital Universitário ganhem como

salário-base apenas R\$330,00 - está aqui no contracheque. Não estamos aqui inventando números. Todo cidadão mineiro tem um parente, alguém da família que trabalha para o Estado ou mesmo conhece uma professora ou um servidor. O que estamos falando a população pode comprovar ao procurar um professor e pegar seu contracheque. O salário do professor está a quilômetros de distância do teto estabelecido pelo governo federal, que é de R\$1.300,00. Em Minas Gerais, há salários que não chegam a um salário mínimo: R\$330,00, R\$340,00, R\$360,00, R\$440,00. Esse é o salário-base que o Estado está pagando para grande parte da categoria no Estado. Isso é inadmissível! O governo tem de corrigir essas distorções. O governo fala que não possui recursos, mas sabemos que os recursos estão sobrando. Há recursos para construir centro administrativo e obras faraônicas, bem como para chamar Prefeitos para liberar obras eleitoreiras. Aliás, criou-se, inclusive, uma tabela: a tabela da campanha.

Os Prefeitos estão sendo chamados no gabinete. Se apoiar o governo, haverá recursos; se não apoiar, não haverá. Então estamos aqui também para pedir ao governo que seja republicano, como faz o Presidente Lula, que, quando lança programas, lança para todos. O Presidente Lula não quer saber se o programa é para beneficiar o Prefeito A ou B nem de qual partido, ele lança programas para os Municípios, para os Estados. Portanto há recurso, sim. Queremos que o governo receba o comando de greve da Unimontes, abra negociação séria e atenda às reivindicações, que são justas, dos servidores da Unimontes e do Hospital Universitário de Montes Claros. Estamos firmes na defesa e solidários aos movimentos desses professores, bem como a todos os professores de Minas Gerais que também estão em greve. Portanto trazemos - nossa Bancada do PT-PMDB-PCdoB - nossa solidariedade ao movimento de greve, às reivindicações da categoria, que são mais do que justas. O governo precisa tomar atitude, resolver o que está estabelecido por lei e pagar o teto nacional aos professores do Estado.

Aproveito a oportunidade para rebater as críticas que recebi há pouco do Deputado Arlen Santiago, quando se referiu à atuação deste Deputado, que vem, de forma firme, defender a região do Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Noroeste, o Vale do Mucuri. São regiões que estão sendo discriminadas pelo governo do ponto de vista de investimentos. Há alguns dias, ao ler o jornal "Estado de Minas", havia mapa das viagens do Aécio no último mês do mandato. Onde ele ia, deixava investimentos, anunciava obra. Foi a Uberaba e anunciou o gasoduto de R\$700.000.000,00; foi a Juiz de Fora e anunciou obras de R\$8.000.000.000,00, para resolver o problema de saúde em tal cidade. Mas, para o Vale do Mucuri, o Norte de Minas, o Noroeste e o Vale do Jequitinhonha, não anunciou nada. Lá não há investimento que gere renda, não há empresa grande que o governo tenha levado para gerar oportunidades; pelo contrário, nessa região há a indústria da multa instalada. São multas contra produtores rurais. É a indústria da multa liderada pelo IEF, que não deixa ninguém mais produzir no Norte de Minas, parou o Projeto Jaíba, parou os assentamentos de reforma agrária, enfim, parou a produção do Norte de Minas de forma geral. É a indústria das multas do DER, que, para beneficiar meia dúzia de empresas de ônibus, tira das pessoas o direito de ir e vir. Ninguém mais pode pegar táxi em Januária, Brasília de Minas, São Francisco, Capitão Eneias, Manga, Salinas, Taiobeiras, São João do Paraíso e Chapada Gaúcha para ir a Montes Claros. As pessoas têm de se sujeitar a esperar a hora, às vezes uma vez por dia são obrigadas a andar no ônibus da Transnorte. Isso porque o DER está perseguindo e multando os taxistas do Norte de Minas, do Vale do Mucuri. E mais: ninguém da região do Vale do Mucuri pode ir a uma agência do INSS, à Caixa Econômica Federal ou fazer exame em Teófilo Ottoni, porque a indústria da multa também se instalou no Vale do Mucuri. Quando vimos a esta tribuna cobrar, estamos cobrando e fazendo a defesa do povo.

De certa forma, fiquei impressionado como o Deputado Arlen Santiago tem a capacidade de querer ser dono de tudo. Por diversas vezes, nos últimos quatro anos, todos de São João das Missões, Itacarambi, Manga, Montalvânia, Juvenília e Miravânia viram tal questão.

Era só haver uma festa na cidade que ele subia no palanque para dizer que a estrada não seria feita porque o governo federal não tinha interesse de fazê-la. Dizia também que deveria devolvê-la novamente ao governo do Estado. Entretanto se esquecia de dizer que essa estrada ficou cinco anos, de 2002 a 2007, delegada ao governo do Estado. O Fernando Henrique, na época, ao sair do governo, destinou R\$800.000.000,00 às estradas federais que foram estadualizadas. Esquece também de dizer que Aécio e Itamar usaram esses recursos para pagar o décimo-terceiro e os salários atrasados do Estado. Na época, houve um desvio do dinheiro, foi publicado em todos os jornais. Na semana passada, o jornal "O Globo", na coluna "Panorama Político", noticiou que o governo federal baixará uma medida provisória para cobrar de volta o dinheiro passado a Minas Gerais, mas desviado sem que se fizessem as estradas.

Em 2007, fui eleito Deputado. Sou da região de Manga, de Montalvânia, de São João das Missões, onde sou nascido e criado, portanto conheço aquela realidade. Iniciamos um trabalho para a realização dessas obras com o Deputado Virgílio Guimarães, que não mediu esforços e se empenhou para consegui-las. Procuramos o Presidente Lula, o Diretor do DNIT, o Ministro dos Transportes, enfim, todas as autoridades, para cobrar - e cobramos muito -, até que o Presidente Lula entendeu o nosso pedido e elaborou um decreto retornando para o DNIT o trecho de Itacarambi até a divisa da Bahia. Na época, mesmo que o governo quisesse disponibilizar recursos, não podia porque o Tribunal de Contas da União não permitia, já que a obra estava delegada ao Estado. Assim, em 2007, conseguimos recuperar a estrada para o governo federal. Foi feita a primeira manutenção com recursos de R\$3.000.000,00 conseguidos pelo Deputado Virgílio Guimarães, a nosso pedido, em Brasília. Depois, conseguimos que o Exército fizesse novos projetos. Foi feito o projeto executivo de Montalvânia à divisa da Bahia, de Montalvânia a Monte Rei, de Monte Rei a Manga, e está sendo feito o de Manga a Itacarambi. Então, três licitações já foram concluídas para o asfaltamento: de Manga a Monte Rei; de Monte Rei a Montalvânia; e de Montalvânia à divisa com a Bahia. Concluiu-se também a licitação da manutenção geral da estrada. E, nos próximos dias, começará a manutenção do trecho compreendido entre Montalvânia e Itacarambi, que se encontra numa situação de calamidade. Aliás, passei por ela na semana passada e fiquei, o dia inteiro, terça-feira, em São João das Missões, com os índios xacriabás e lideranças. Fizemos um protesto até que o Diretor do DNIT nos atendeu e determinou que um engenheiro regional fosse ao local para explicar aos manifestantes o passo a passo daquela obra. Assim, tranquilizamos as pessoas. E, nos próximos dias, contaremos com obras do governo federal na BR-135.

Fiquei abismado com o Deputado Arlen Santiago, com o Prefeito de Manga e com outros Deputados, que nem mesmo são da base do governo federal, ou melhor, são adversários ferrenhos do Lula, criticam o Presidente todos os dias, ao comprar um espaço na Rede Globo para dizer que ele é o pai da criança. Ele tem a mania de querer ser dono de tudo. Isso é uma doença que está impregnada no Deputado. Eu, por exemplo, nunca quis ser dono de nenhuma estrada do Processo do governo do Estado. O Deputado Arlen Santiago virou dono de todas, inclusive da de Miravânia a Manga, pois foi ao governo e mudou para Miravânia a Cônego Marinho. Tudo bem que o fez para beneficiar o referido Município, mas prejudicou várias comunidades de Manga e de Miravânia. Vamos ganhar o governo do Estado e, no próximo ano, faremos as duas. Na verdade, até hoje não começaram as obras da estrada que liga Miravânia a Cônego Marinho não sei por quê. Então pediremos que façam o trecho de Miravânia a Manga também, que foi retirado pelo Deputado por meio de força política. Sabemos que ele tem forças no governo do Estado, mas querer meter o bedelho em obras do governo federal é demais, Deputado Arlen Santiago.

V. Exa. deveria ser um pouco mais correto em suas atitudes. Ao fazer seus anúncios, ao comprar espaço na televisão, não deveria utilizar a Amams nem colocar propaganda na televisão com o dinheiro do povo. A Amams é uma entidade pública mantida pelas Prefeituras. Portanto não pode utilizar recursos públicos para fazer propaganda para candidato A ou para candidato B. A Amams, Presidida pelo Sr. Valmir Moraes, acabou de cometer um ato ilícito. Mais uma vez, utilize esta tribuna para denunciar e pedir providências ao Ministério Público com relação a esse gasto com o dinheiro alheio. Trata-se de um ato de desrespeito com a região, com o dinheiro e com os Prefeitos da região que não foram ouvidos. Portanto, crime eleitoral tem de ser apurado. Esperamos que o Ministério Público tome as providências e acabe com essa farrá de querer ser o dono de tudo, de aparecer em tudo e de pedir esmola com o chapéu alheio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e os amigos que nos acompanham nesta Casa e por meio da TV Assembleia. Recebam minha saudação e o meu abraço.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por ter-me concedido esse tempo para fazer o meu pronunciamento. Tenho acompanhado, com muito

carinho, atenção e zelo, a tramitação do Projeto de Lei nº 4.230/2010, de nossa autoria. Esse projeto foi apresentado após muito estudo sobre sua legalidade e constitucionalidade, bem como depois de verificarmos a situação atual dos bancos de sangue em nosso Estado. Esse projeto trata do incentivo à doação de sangue, e essa é a contribuição que queremos deixar nesta 16ª Legislatura, a fim de salvarmos a situação dos bancos de sangue no Estado de Minas Gerais. Essa ação será feita em prol da Hemominas e do nosso Estado. Sr. Presidente, fiz até uma manifestação na forma de um convite, porque marcamos uma audiência pública para o próximo dia 16 de junho, às 9h30min, na Comissão de Saúde, com o objetivo de discutirmos esse projeto e tratarmos justamente do incentivo aos torcedores-doadores - é assim que os chamamos. Se eles se tornarem doadores em um determinado período de tempo, terão a possibilidade de ganharem meia entrada nos estádios e ginásios administrados pelo governo do Estado de Minas Gerais, como é o caso do Estádio Magalhães Pinto, nosso querido Mineirão. Aliás, no último domingo, estivemos lá acompanhando a final do campeonato mineiro, e aproveitei para parabenizar o Clube Atlético Mineiro que se sagrou campeão. Fui mascote do time do Atlético há mais de 30 anos. E, desde então, acompanho de perto a trajetória gloriosa do Clube Atlético Mineiro, que nos deu, no último domingo, muitas alegrias. Parabenizamos os artilheiros Marques, que também faz parte do nosso partido, o PTB, e Tardelli. Naquela ocasião, manifestamos, por meio da distribuição dos "flyers", o desejo de que o torcedor compareça no próximo dia 16 de junho, às 9h30min, a esta Casa, à Comissão de Saúde, para participar da audiência pública que vai tratar justamente do projeto de lei de autoria deste Deputado sobre a doação de sangue e o incentivo aos torcedores a se tornarem doadores. É claro que o nosso desejo é que o povo mineiro, cada vez mais, seja convencido e tocado para ser espontaneamente um doador de sangue, diante de um quadro difícil do banco de sangue de Minas Gerais. Diante de um quadro difícil do banco de sangue de Minas Gerais, esse projeto de lei vem incentivar os torcedores, por ser uma forma de incentivo para aqueles que realmente desejam participar dos jogos e dos eventos e que também se sensibilizam com essa causa. Esse projeto tem sido muito elogiado. Por isso agradeço ao Ministério Público de Minas Gerais a manifestação de apoio a esse projeto de lei.

Estamos convidando para participar dessa audiência pública o representante da Hemominas, que, mais do que ninguém, conhece a realidade atual e as perspectivas que teremos se não fizermos algo para aumentar a doação de sangue no Estado de Minas Gerais. Doar sangue é salvar vidas e evitar mortes. Tudo isso está dentro do nosso projeto em defesa da vida. Desde o meu primeiro dia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nesta Legislatura, estamos travando essa luta. Portanto, Sr. Presidente, estamos torcendo para que os nobres Deputados, em cada Comissão por onde a matéria passar, sejam sensíveis, para que, junto à nossa Consultoria, consigamos, o quanto antes, aprová-la. Ao mesmo tempo, gostaria de convidar todos os Deputados a estarem aqui, no próximo dia 16 de junho, às 9h30min.

Na minha tese de especialização em Poder Legislativo, o meu orientador foi o nosso querido Governador Anastasia. Nessa tese, defendo que a legitimidade de uma norma ou de uma lei está na participação daqueles que são o alvo dela. Então, quando essas pessoas, além de serem o alvo da lei, também são os coautores dela ou do projeto de lei, aí está a legitimidade no Estado Democrático de Direito. Fizemos um estudo da 15ª Legislatura na Casa e percebemos a importância de realizarmos audiências públicas para discutirmos os nossos projetos na fase em que eles estão sendo elaborados ou quando já estão tramitando na Casa. Havendo a participação popular, da sociedade e da comunidade é que conseguiremos, após aprovado e sancionado o projeto de lei, torná-lo aplicável. Muitos projetos de lei, convertidos em lei após a sanção, não se tornaram aplicáveis, porque os agentes ativos da execução da lei não foram consultados e, portanto, a lei ficou sem aplicabilidade.

Deixo aqui o convite e agradeço-lhe, Presidente, a oportunidade de proporcionar essa audiência pública. No Mineirão, também tive a oportunidade de distribuir esses "flyers". Aliás, milhares de pessoas os receberam, e eu fiquei feliz, porque a manifestação da maioria delas foi de entusiasmo em relação ao Projeto de Lei nº 4.230/2010. Então, fica aqui o convite para que possamos aprovar esse projeto de lei, que incentiva o torcedor a ser doador de sangue. É claro que ele receberá emendas dos nobres parlamentares e que, nesta audiência pública, cada parte se manifestará. Fica aqui o meu apelo para que os nobres Deputados, nossos colegas, também o acompanhem com o mesmo carinho e zelo, tal é a importância desse projeto de lei, que aqui tramita e que com certeza atingirá milhares de famílias que acabarão necessitando de sangue para algum ente querido. Deixo aqui esse convite, bem como a defesa desse projeto de lei. Graças a Deus, nesta 16ª Legislatura, já tivemos oito projetos de lei transformados, sancionados pelo Governador e convertidos em lei. E, agora, apresentamos mais esse projeto que julgamos ser de suma importância para reforçarmos o banco de sangue de Minas Gerais.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o uso da tribuna nesta tarde para fazer um convite a toda a comunidade católica de Minas Gerais. Pelo 19º ano consecutivo, estamos realizando em Belo Horizonte um dos maiores eventos de evangelização católica do Brasil, o famoso e conhecido Cristo é o Show. No evento trazemos representantes dos movimentos católicos e também cantores, que fazem esse trabalho da mensagem e mostram essa missão de evangelizar.

Neste ano o evento ocorrerá no próximo sábado, dia 8, quando teremos a participação do nosso querido Pe. Zezinho, um dos pioneiros em levar a mensagem cristã por meio da música no Brasil. Os nossos pais e os nossos avós podem dizer como foram importantes as mensagens do Pe. Zezinho, há 20 ou 30 anos, e como ainda continuam atuais.

Sr. Presidente, venho convidar todos os mineiros, sobretudo aqueles que moram na Grande BH, porque, de maneira especial, incentivamos e trazemos esse evento para esses católicos da região. Mas ele é também aberto a toda a população e a toda a comunidade. De uma maneira especial, nesse evento temos uma amostra do bonito trabalho que realizamos, que é a recuperação de dependentes químicos.

Com certeza, do público de 5.800 pessoas que estarão no Chevrolet Hall, pelo menos 300 pessoas serão dependentes químicos em fase de tratamento, de recuperação. Então eles subirão ao palco, como aconteceu no ano passado, e mostrarão para todo o mundo ver, sobretudo nesse momento em que a epidemia do "crack" e o mal da droga assolam as nossas famílias, os seus rostos, a fim de mostrar que há esperança para aqueles que foram acometidos pelo vício.

Portanto o Cristo é o Show deste ano, como nos demais 18 anos, tem um apelo social, de responsabilidade social. Além de constar no calendário oficial da Belotur e da Arquidiocese de Belo Horizonte, esse evento congrega todos os movimentos da Igreja Católica em um só grito, o grito pela paz, pela recuperação e pela restauração das famílias.

Portanto fica aqui o nosso convite para que, no próximo dia 8, cada família possa ter um representante no Chevrolet Hall, sobretudo as famílias que hoje passam pelo problema das drogas. Todos terão ali, diante dos seus olhos, testemunhos vivos de pessoas que já estiveram no fundo do poço e que hoje estão recuperadas, ou em processo de recuperação. E temos centenas de pessoas nessa condição.

No ano passado, alguns deles diziam: "Pela primeira vez, vou a um "show" e vejo tanta alegria e participação do povo; posso pular e dançar sem precisar do uso de drogas. Não sabia que isso era possível!". Testemunhos desse tipo podem motivar muitos outros jovens, pais de jovens ou adultos que, de alguma maneira, são acometidos pelo vício das drogas.

O Cristo é o Show tem esse apelo: levar, por meio da mensagem cristã, que é realmente uma mensagem forte, de proposta de vida nova, de restauração de vidas e das famílias, a esperança para os lares que passam por essa dificuldade devido às drogas.

Teremos também lá o projeto Drogas Nunca Mais, em que, por meio da recuperação dos dependentes químicos, eles mesmos poderão dizer: "Se eu pude me recuperar, você também pode. Sou um ex-dependente químico, e a droga hoje já não tem mais poder sobre mim". Essa é uma realização da comunidade Mundo Novo, da comunidade Canção Nova. Teremos ali o Pe. Zezinho, a Banda Anjos de Resgate, o Diácono Nelsinho Corrêa, a Banda Mundo Novo e a Eliana Ribeiro. E também teremos o Pe. Hamilton, que veio de São Paulo para morar em Belo Horizonte a fim de cuidar da Canção Nova.

Enfim, será uma festa maravilhosa com a benção do Santíssimo ao final, com vários sacerdotes e representantes das paróquias de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Lagoa Santa, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Pedro Leopoldo. Já temos 40 caravanas confirmadas. Será um grande evento.

Portanto, os dois assuntos que eu trouxe hoje, nessa solicitação pelo art. 70, casam-se, quando o tema é a defesa da vida e da dignidade da pessoa humana: doar sangue e salvar vidas, recuperar dependentes químicos e salvar famílias. É isso o que queremos enquanto estivermos como representantes do nosso povo: doar nossas vidas. Foi isso que disse no primeiro dia em que aqui me pronunciei, há quatro anos: doar cada dia de nossa vida para resgatar muitas outras vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Portanto, ficam aqui os dois convites: o primeiro, para participarmos, juntos, da audiência pública do dia 16 de junho e para, antes disso, no dia 8 próximo, participarmos do 19º ano consecutivo do Cristo é o Show, grande evento do projeto Drogas Nunca Mais. Obrigado.

32ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 5/5/2010

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, público das galerias, professores e pessoal da Justiça, é uma alegria estar nesta Casa, lutando, trabalhando e defendendo nossos produtores rurais, nossas cidades e também o funcionalismo público. Quando falamos nos professores, estamos nos referindo a uma classe sofrida, humilhada, que realmente merece muito mais do que tem ganho. Tenho visto muitos contracheques de professores da ativa e aposentados, que se sentem humilhados e sofridos. Não temos dúvida de que não há um Deputado que não seja favorável à busca soluções, e precisamos ser criativos. Apoiamos o governo e nele acreditamos. Queremos que viabilize uma nova forma de conceder aumento. Não podemos ficar apagando fogo. E não falo só dos professores. Quando se fala no piso, sabe-se que ele é muito pequeno, porque qualquer país desenvolvido tem, em sua história de crescimento rápido, a sustentação na educação. Começaram lá embaixo, na educação. Temos que analisar nosso passado, pois nosso Estado foi praticamente acabado, estava agonizando, morrendo. É verdade que ele conseguiu muitos avanços, mas não o suficiente para atender todas as classes da melhor forma possível. Votamos favoravelmente aos 10%, que era legal. Mas não gostaríamos de votar apenas os 10%, pois a classe merece mais. É preciso buscar formas, sem dúvida. O nosso Governador é sério e criativo; não é corrupto, como tantos por aí. O governo federal não repassa dinheiro para os Municípios, que estão falindo.

Somos também favoráveis à ideia de se encontrar uma alternativa concreta, de modo que nenhum segmento tenha que se humilhar ano a ano olhando o contracheque diminuir cada dia mais, no meu entendimento, por causa de uma política maior do governo federal, que concentra 65% de todos os impostos. O Município fica com apenas 10% ou 14%, e o governo do Estado, quando muito, fica com 14%. É preciso haver políticas e propostas sustentáveis; é necessário que os aumentos sejam automáticos. Se a arrecadação aumentou, que todas as classes sejam beneficiadas com aumentos.

Penso que o governo tentou fazer o máximo, mas houve erros. Mesmo sendo da base do governo, entendo que houve um erro que não é admissível: não se pode dar aumento diferenciado. A Polícia Militar merece até mais do que 15%, mas o mesmo aumento teria de ter sido dado a todas as classes. Isso foi um erro. Podem alegar que na Polícia Militar há menos servidores do que na educação, que tem 230 mil, e que, portanto, um aumento para a educação teria um impacto muito maior nas contas. Mas temos de encontrar uma saída para isso, porque não podemos ter um professor ganhando o que ganha. Principalmente no interior, na zona rural, não podemos ver um professor pegando ônibus de madrugada e enfrentando poeira e barro para educar uma criança, ganhando o salário que ganha. Quando ele tem problema de saúde, seu salário não é suficiente para pagar a farmácia; os filhos não podem estudar na faculdade, porque o salário da família não é suficiente. E quantas professoras não são as mães responsáveis por aquela família?

Confesso que queremos buscar saída para isso e estamos juntos na busca de alternativas. A assessoria jurídica alega que um aumento, neste momento, é inconstitucional por ferir a legislação eleitoral. Outros dizem que não necessariamente; que há formas de se fazer isso. Então, precisamos encontrar a forma. Outros alegam que o piso não está sendo cumprido, por não atender ao valor real. Por seu lado, o Estado alega que, juntando aqueles penduricalhos, ninguém está ganhando menos do que o piso, o que até acho questionável. De qualquer forma, falava agora com minha amiga Maria Rocha, Vereadora de Campos Gerais e uma grande liderança, que está há quase 30 anos na educação, em dois cargos, e recebe um salário de R\$1.200,00. É muito pouco; isso não tem cabimento. Ao mesmo tempo, a engenharia do aumento que foi feita, pela qual uma professora que inicia hoje passa a ganhar quase o mesmo que uma pessoa com 20 ou 25 anos de trabalho, está equivocada. Precisamos achar uma saída, pois isso não é justo.

Na verdade, acredito nesse governo, em sua seriedade e no respeito ao cidadão. Acredito nisso e tenho certeza de que juntos poderemos fazer muita coisa. Esse governo, em sete anos, mudou a história das rodovias das regiões e muita coisa na saúde. Talvez não tenha conseguido mudar a história do funcionalismo, mas temos de buscar e encontrar a saída para isso, o que tem de ser prioridade do governo, porque o crescimento de um país ou de um Estado, como eu disse antes, passa pela educação de qualidade, com as crianças estudando em período integral. Podem dizer que o salário não é suficiente nem para o período normal, mas temos de pensar grande. Tenho certeza de que, em um governo criativo e sério, vamos conseguir. Tenho muita fé em Deus e sei que ele vai nos proteger e iluminar. Em 20 anos na política, acompanhei todos os governos passados em Minas Gerais e posso dizer que, ainda que no governo Azeredo tenha havido alguns avanços para os Municípios, com a Lei Robin Hood, vi muita corrupção neste país e neste Estado. Hoje, vejo erros e falhas, o que muitas vezes é normal, mas não vejo desonestidade nem corrupção, como ainda temos visto muito neste país. Ainda vemos coisas muito pesadas, a exemplo do que acontece com os aposentados, que estão sendo humilhados e postos em sofrimento. O PT, em Brasília, posiciona-se contra os nossos aposentados, que ganham o salário mínimo, humilhando-os.

Está lá, no meu gabinete, para quem quiser ver, uma senhora de 76 anos, que mora na zona rural e trabalhou a vida inteira, mas não consegue a sua aposentadoria. É a D. Maria Clotilde, da cidade de Jacuí, que não consegue se aposentar por culpa do governo federal, que não repassa dinheiro aos Municípios e ao Estado, ou seja, concentra os recursos para depois fazer gracinhas e humilhar o povo brasileiro. É isso mesmo! Realiza as grandes obras do PAC e se esquece de que o povo não tem casa, não tem esgoto, que o aposentado e o funcionalismo, de forma geral, não recebem salários dignos. Além disso, há a situação da Polícia Federal, que está em greve e até hoje essa questão não foi resolvida. Não podemos fazer política com o sofrimento do povo, não podemos fazer da população menos esclarecida uma massa de manobra para fazer graça para muitos. Precisamos ter respeito e seriedade com esse povo. Sou uma pessoa que, com 20 anos de política, nunca tive uma denúncia ou um processo, nunca tive problema com a classe na minha vida. Sempre respeitei o cidadão. Vamos, sim, buscar a forma de ajudar o professorado, pois ele merece respeito, seriedade e salário justo, a fim de que nossas crianças usufruam de uma educação de qualidade, saúde, respeito e dignidade. Então, contem conosco, contem com esta Casa. Não temos dúvida: o piso salarial é muito baixo, vocês merecem muito mais, e queremos muito mais para todos. Hoje o piso é de mil e poucos reais. Em Minas ganha-se muito pouco. O que não poderia ocorrer, acabou acontecendo na votação, quando o Sind-UTE não compareceu para defender os professores. Veio aqui somente para saber como foi a votação. Então não tenham dúvida: o que depender deste governo, desta Assembleia, será feito. Faremos tudo e, se Deus quiser, o melhor. Porque essa é uma questão de justiça e de respeito ao cidadão. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, professores que nos prestigiam aqui hoje, estamos diante de

um ato de bravura dessa classe, que enfrenta o governo do Estado de Minas Gerais com suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de salário, por uma educação mais digna e por mais respeito para toda a classe. Início minhas palavras discordando um pouco do meu colega Deputado Antônio Carlos Arantes, que fez algumas críticas ao governo federal. No meu entendimento, essas críticas estão um pouco fora de moda, totalmente sem contexto, equivocadas - essa é a palavra correta.

Hoje, no Brasil, vivemos uma realidade totalmente diferente: o governo federal tem tratado os servidores federais com respeito. Todas as categorias federais receberam aumentos dignos, negociados com sindicatos, com respeito. Sempre que havia um movimento, eles eram recebidos pelo governo. Hoje, todos os sindicatos que representam os servidores públicos federais aprovam a gestão do governo do Presidente Lula. Todas as centrais sindicais estão de acordo com a política salarial e com o respeito aos servidores que o governo federal vem defendendo. Ao contrário disso, na contramão da história, as coisas acontecem em Minas Gerais. Aqui a imprensa se cala, ninguém pode falar nada, é proibido tudo, é proibido fazer greve. Aqui é proibido abrir CPI, é proibido fazer muita coisa. Por exemplo, como o movimento que os professores estão fazendo hoje, já aconteceram três ou quatro, e não se vê uma linha na imprensa, nem na ponta da página. Parece que está tudo funcionando normalmente no Estado. Não sabemos o que acontece com a imprensa de Minas Gerais. Vocês sabem disso. Este espaço é livre e democrático, e ainda há alguns Deputados que têm compromisso com a sociedade e com os servidores públicos. Portanto, já que temos aqui a oportunidade, aproveitaremos esta tribuna e a TV Assembleia, que é acompanhada em mais de quatrocentos Municípios de Minas Gerais, para mostrar a verdade. Tenho em mãos o contracheque de um professor. O salário-base é R\$330,00; somado às vantagens, ou seja, quinquênios e outros, o salário bruto é R\$465,00; e o salário líquido é R\$297,00. Essa é a realidade, a grande verdade sobre o que vem acontecendo. É o Choque de Gestão, o modelo administrativo do Governador Anastasia. Precisamos, sim, reforçar isso.

Ainda ontem, fui acusado, desta tribuna, pelo colega Deputado Arlen Santiago, de incentivar a greve. Incentivamos o movimento grevista, que é um direito. Incentivamos a greve da Unimontes, que está em greve geral no Norte de Minas. O Hospital Universitário está fechado há mais de 40 dias. Os salários são tão absurdos que até os estudantes entraram em greve, em solidariedade aos professores. Greve geral na Universidade Estadual de Montes Claros, a nossa querida Unimontes, o único instrumento de desenvolvimento que temos no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Também temos servidores ganhando menos de um salário mínimo na Unimontes.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Nobre Deputado Paulo Guedes, V. Exa. é um parlamentar respeitado nesta Casa, e estarei solidário à luta dos professores. Mas é preciso esclarecer alguns pontos. Isso é importante porque precisamos de certa isenção neste debate. V. Exa. iniciou sua fala dizendo que todas as centrais sindicais estão muito satisfeitas com o governo federal. Ao que me consta, o Incra está em greve, assim como o Ibama e a Fundação Chico Mendes. O governo federal entrou na Justiça contra a greve do meio ambiente e ganhou - a greve foi declarada ilegal. Não é esse mar de rosas!

Outra coisa que é importante ser ressaltada - e a TV Assembleia entra em vários Municípios de Minas Gerais - é que o Estado de Minas Gerais, bem como todos os demais Estados, está submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal, à qual o governo federal não se submete. É preciso discutir com isenção, e não com o coração. O governo federal não se submete à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas exige que os Estados o façam.

O Estado que não obedece à Lei de Responsabilidade Fiscal é punido pelo governo federal, que corta fundos e recursos. Essa lei foi votada pelo governo federal para submeter apenas os Estados e os Municípios. É preciso dizer certas verdades, que, muitas vezes, não queremos ouvir. Mas é preciso que essas verdades sejam ditas. Digo mais: em Minas Gerais, o professor está ganhando mal? Está. Ninguém está dizendo que está ganhando bem, nunca ninguém disse isso aqui. No entanto, é preciso dizer outras verdades: nunca houve uma reestruturação nas escolas como aconteceu nos últimos sete anos. Isso é verdade. Quem não quiser enxergar, que feche os olhos; quem não quiser cair no buraco, que não passe perto dele. Nunca houve uma reestruturação nas escolas de Minas Gerais como a que foi feita nos últimos sete anos. É preciso ouvir a verdade. Podem vaiar, podem dizer o que quiserem. Os sindicatos não votam em mim, e também não quero o voto deles. Mas têm de ouvir as verdades, pois elas não caem, são inquebrantáveis. É isso o que temos a dizer. Vamos falar mais: foi o governo atual que asfaltou todos os Municípios por onde as professoras passam. O ônibus escolar que leva os alunos para as salas de aula passava em estradas de chão e hoje passa em estradas asfaltadas. Quase todas as estradas foram asfaltadas; apenas quatro não o foram. Quais são essas quatro? São quatro estradas federais. Como o tempo já se esgotou, devolvo a palavra ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Quero dizer ao colega Deputado Lafayette de Andrada que as estradas dos Municípios de Minas Gerais, especialmente as da minha região - Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Noroeste - não estão asfaltadas. Os estudantes da rede estadual andam em caixotes andantes, ônibus, que, aliás, são pagos e mantidos pelas Prefeituras, que estão capengando, pois o governo do Estado passa apenas 20% dos recursos para o transporte escolar. Dessa forma, quem tem de mantê-los - até o da rede estadual - são as Prefeituras, que estão com muitas dificuldades. Esta é a grande verdade.

Quero também refrescar a memória do caro colega Lafayette dizendo-lhe que a realidade é outra. Sabemos que, nos últimos sete anos - aliás o Tribunal de Contas apontou isso -, o governo Aécio Neves deixou de investir R\$5.000.000.000,00 nas áreas de educação e saúde. Isso é fato, está na prestação de contas do Estado. Fizeram maquiagem citando outras obras, como se fossem das áreas de educação e saúde. Deixaram de investir R\$5.000.000.000,00 nas áreas de saúde e educação. Fizeram uma montagem para conseguir aprovar as contas do Estado, e sabemos disso. Dizem que falta dinheiro. Todavia, não falta recurso financeiro, por exemplo, para o caixa administrativo, que já está pronto e custou R\$3.000.000.000,00. Não faltou dinheiro para construir o Centro Administrativo, que está causando um grande transtorno, pois complicou o trânsito e a vida dos servidores. Não havia necessidade dessa obra faraônica. O Estado possui prédios adequados, que poderiam manter muito bem a administração.

Esse dinheiro poderia ter sido investido para melhorar as condições dos nossos servidores públicos e de tantas outras classes que reivindicam justiça, bem como para aumentar o salário dos professores. Aqui, quero também protestar contra o Desembargador Wander Marotta. Ele deveria mudar seu sobrenome para marola, por achar que o professor está ganhando bem. Gostaria que ele também tivesse um contracheque de R\$330,00 para ver se iria trabalhar todos os dias. Deixo aqui a solidariedade da nossa Bancada - PT-PMDB-PCdoB -, que está firme na luta em defesa dos professores e dos servidores públicos.

Também quero deixar a nossa solidariedade a todos os servidores da Unimontes, em Montes Claros e no Norte de Minas. A Unimontes está em greve geral, pois lá acontecem imensas distorções. A Lei nº 100, da efetivação, veio trazer transtornos gravíssimos para os professores dessa universidade. Os que são contratados estão ganhando mais que os que foram efetivados. Essa é uma realidade. Os funcionários do Hospital Universitário, na sua grande maioria, recebem menos de um salário mínimo. Estão em greve há mais de 40 dias, e somos solidários com eles, bem como com os professores e alunos da universidade. É greve geral enquanto o governo não se pronunciar. A Secretária Renata Vilhena tem que receber o comando de greve, mostrar a cara e abrir uma negociação. Contem com o nosso apoio e a nossa luta.

Ontem, desta tribuna - como já havia falado, mas fui interrompido pelo Deputado Lafayette de Andrada -, o Deputado Arlen Santiago me acusou, por diversas vezes, de estar incentivando o movimento grevista. Não se trata de estar incentivando. Isso está na minha índole, pois também sou professor. E não é só por isso não, pois qualquer pessoa, em Minas Gerais, tem um parente que é professor, trabalha na educação ou na área de saúde. Todos nós sabemos que o choque de gestão e as propagandas enganosas estão sendo desmascarados com a greve geral, com a greve do Sind-UTE. Vocês estão de parabéns. Estaremos aqui, na resistência, dizendo que vocês têm a nossa solidariedade, o nosso compromisso e a nossa torcida. Estaremos juntos nessa caminhada. Parabéns pela resistência! Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Gizelle da Silva Vasconcelos Goulart do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Marília Naves Gonçalves de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

nomeando Gizelle da Silva Vasconcelos Goulart para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

nomeando Marília Naves Gonçalves de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Luiz Cláudio da Costa do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Luiz Cláudio da Costa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Procópio Celso Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.